



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

16/05/2016 - 46ª - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 51, de 2015, que é de minha autoria e subscrita por outros Srs. Senadores, para debater sobre "A retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Há toda uma introdução feita pela Consultoria, mas eu vou só situar de forma improvisada. Em seguida, iremos ao debate.

Primeiro, quero dizer que nossa audiência de hoje, que tratará da retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda, tem tudo a ver com o momento que nós estamos passando.

Nós sabemos que há uma série de reuniões marcadas para hoje, inclusive uma do Presidente em exercício para dialogar com as centrais sobre a reforma da Previdência. Pelo que ouvi ontem, de sua fala no programa Fantástico, há uma preocupação dele com o emprego.

Então, nosso tema tem tudo a ver com a situação por que o País passa. É claro que, nesta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, vamos ouvir o que os convidados pensam sobre como avançar, principalmente na geração de emprego e renda. Independentemente do resultado, nós temos um Presidente no exercício do cargo e uma Presidenta afastada, e nosso trabalho aqui, no Congresso, tem que continuar na normalidade, como sempre. Isto independe do que poderá acontecer daqui a seis meses. A nossa obrigação aqui - reafirmo o que tenho dito - será sempre discutir em favor do interesse do povo brasileiro. Toda proposta que chegar aqui, não importa de onde vier, se for do interesse do povo brasileiro, podem ter certeza, nós votaremos, e terá, inclusive, meu voto. Claro que tudo aquilo que nós entendermos que não é do interesse do povo brasileiro, cada um na sua visão, naturalmente, terá votação e encaminhamento contrário. Mas nós queremos muito sempre caminhar numa linha de entendimento, de crescimento, e que prevaleça o melhor para o povo brasileiro.

Com essa rápida introdução, eu queria, de imediato, convidar para a Mesa os quatro presentes.

Convido o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e agradeço já por sua presença aqui nesta segunda-feira. É a primeira segunda-feira depois que o País mudou o Presidente da República, quando assumiu o Vice.

Convidamos também Luís Fernando Mendes, Economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Seja bem-vindo também.

Convidamos José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - bom dia! -, que sempre está presente. O Calixto não vacila uma vez. Sendo o tema o direito dos trabalhadores, ele procura sempre estar presente, como Presidente da Nova Central e da CNTI, para debater os temas, em qualquer arena, não é, Calixto? Não importa a arena, está sempre presente e coloca seu ponto de vista. Acho positivo.

E convido o nosso querido Dieese também, sempre presente, na figura de Clemente Ganz Lúcio, que mostra aqui, mais uma vez, que o Dieese está sempre aberto ao debate, ao diálogo.

O tema é conhecido dos senhores. É um tema, de fato, de preocupação nacional. Se perguntassem a mim hoje qual a maior preocupação que eu percebo por parte dos trabalhadores, realmente é a questão do emprego. Tudo é importante: saúde, educação, renda, este ou aquele programa, mas o emprego é o que mais pega na vida de toda a nossa gente, até porque eu me lembro da minha própria vida, eu sei muito bem.

Quando eu andava, sou do tempo do tamanco ainda... Alguém pegou o tempo do tamanco aqui? Chinelo de dedo, tudo bem. Calça de brim e camisa Volta ao Mundo também. Alguém pegou? Por isso eu digo que sou o mais antigo aqui. Camisa Volta ao Mundo é uma camisa branca toda botinha. A marca era Volta ao Mundo. Todo mundo adorava usar aquela camisa. Eu sou desse tempo ainda e sei muito bem o que é bater de porta em porta pedindo emprego, sei a dor de quando se volta para casa porque eu passei por isso, claro, antes de me formar no Senai. Depois do Senai foi mais tranquila a minha caminhada por emprego. Mas desde moleque eu procurava emprego. E tive problema, depois, na caminhada por mudança de cidade. Enfrentei a caminhada batendo de porta em porta na busca do emprego. Então, emprego para mim é fundamental.

Há até uma música que diz: o emprego é minha honra, minha vida; sem emprego o que será do homem? É uma música muito bonita que fala da importância do emprego. Então, esse é o eixo do nosso debate, a retomada do crescimento econômico, a geração de emprego e renda. Alguém vai achar essa música para mim, vai falar que a música está errada e o autor vai ficar bravo comigo. Sei que fala: o emprego é a minha honra e a minha vida. É uma letra pequena. Liguem para o meu gabinete que eles acham lá.

Vou, de imediato, passar a palavra ao Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Sr. José Velloso Dias Cardoso.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO - Obrigado.

É sempre uma honra estar aqui no Senado. É um prazer imenso ter a oportunidade de falar um pouco do cenário no Brasil e uma honra ter sido convidado pela Comissão de Direitos Humanos.

Vou fazer uma pequena apresentação - acredito que saindo um pouco daquele lugar comum, porque todo mundo faz uma análise muito rápida sobre os motivos de termos chegado a esta crise. Vou colocar um cenário aqui para que possamos, depois, debater e quebrar, talvez, alguns paradigmas.

O Brasil está numa crise muito importante. A economia brasileira está doente e, se não soubermos identificar o porquê de ela estar doente, nós não vamos conseguir resolver os problemas.

Pode passar por favor.

O que quero mostrar para vocês é o seguinte. Hoje há um entendimento quase unânime na sociedade e na imprensa de que o problema do Brasil são os gastos públicos e o déficit fiscal. Sem dúvida, isso é um problema, mas existem outros problemas que agravaram a situação do País que precederam e levaram a essa situação. Então, a doença não é o déficit público, o déficit público é consequência da doença.

Há outros fatores que podemos elencar aqui como importantes para explicar a situação atual do País: o sistema tributário, que penaliza quem produz no País; a insegurança jurídica, que inibe o investimento; a educação de baixa qualidade; a infraestrutura deficiente; a legislação capital/trabalho - e aqui eu sei que é um ponto polêmico, mas é um tema que tem que ser discutido -; os juros de agiota, com os quais o Brasil já convive há muito tempo. Esses são alguns temas importantes. Não se trata simplesmente de discutir a questão fiscal, que é importante, mas é consequência.

Uma análise dos dados mostra que a redução do crescimento se inicia com a desaceleração mundial e a da China em particular, o que afetou profundamente os preços das *commodities* e, em consequência, nossos termos de troca.

Pode mudar por favor.

Tudo estava lindo, maravilhoso, enquanto o Brasil estava exportando *commodities* a valores muito altos. Na hora em que a China desacelerou, o problema veio para o Brasil. Então, a questão é anterior ao problema fiscal. O problema fiscal, na verdade, mostrou um problema que nós já tínhamos na nossa economia.

É verdade que a redução da atividade foi agravada por decisões erradas do Governo, como a recomposição abrupta das tarifas e preços administrados. Aqui eu já estou falando a partir de 2015. Quando chegou 2015 e tivemos que atacar o problema fiscal, o que foi feito? Primeiro, dispararam as tarifas administradas pelo Governo, que estavam represadas para conter a inflação, de uma vez só. Outra coisa foi o aumento da Selic com a atividade já em queda. Com isso, tivemos a queda de arrecadação de impostos e a simultânea depreciação do câmbio, que transformava o que seria uma redução

cíclica em forte recessão. Então, o Brasil queria sair do problema fiscal, mas mergulhou de cabeça no problema fiscal na hora em que aumentou a inflação, aumentou tarifas e, ao mesmo tempo, aumentou a taxa Selic e a taxa de câmbio.

A instabilidade política decorrente da Lava Jato somada aos efeitos econômicos da paralisação da Petrobras e das principais empreiteiras, com as respectivas cadeias de fornecedores, completaram o estrago naquela queda que houve do PIB. Pelo menos um ponto e meio foi em função da parada das obras das grandes empreiteiras e da Petrobras, em função da Lava Jato. Isso ajudou a mergulhar a nossa economia nessa profunda crise que nós estamos ainda vivendo.

Quero aqui mostrar um cenário do que aconteceu no País de 2002 para cá, ilustrando isso que foi dito até agora. Vejam que o PIB do Brasil ia crescendo muito bem até o final de 2012, início de 2013, era sempre crescente, e quando chega em 2013 começa a andar de lado, fica constante. Começa a cair, realmente, ao final de 2014, metade de 2014, final de 2014. Então, aparentemente, esse é um problema recente.

O PIB *per capita* não. Esse já começa a declinar - vocês veem na curva vermelha - em 2013. Embora o PIB do País estivesse constante, o PIB *per capita* começa a cair em 2013. Lembrem que eu falei no começo da crise da China e do problema da queda das *commodities* que afetaram muito fortemente os termos de troca do País.

O que é termo de troca? É o índice do que o Brasil exporta dividido pelo índice de preço da importação. Vejam que até 2012 era exuberante. O Brasil aproveitou, surfou essa onda, principalmente em função das exportações de bens primários para a China. Quando há reversão lá no Oriente e na Europa também, a partir de 2012, vocês veem que o termo de troca do Brasil despenca. Esse é um dos causadores do problema do Brasil e não tem nada a ver com déficit público. É um problema que vem de fora para dentro.

O setor produtivo foi o primeiro a sentir os efeitos dessa atividade. Vejam que até 2011, com exceção daquela crise forte da quebra do Lehman Brothers, a famosa marolinha, em 2009 houve a grande queda, mas logo se recuperou e voltou aos mesmos patamares. Mas vejam que, de 2002 até 2011, o Brasil vai bem na produção física da indústria. Aqui é a curva da produção física, tudo que a indústria fornece não em valores, mas em produto físico. A partir de 2011, fica constante, dá uma queda, sobe, mas você pode ver que é uma curva de tendência constante.

Quando o Governo impõe à economia aquela forte recessão, pelos motivos já citados, vocês veem que a indústria de transformação é a primeira a sofrer e despenca de forma absurda. Em março de 2016, nós estamos a níveis de produção da indústria de 2002. De novo, não estamos falando aqui ainda só de ajuste fiscal.

Vamos em frente.

Correção do câmbio. Ali é a curva do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A correção do câmbio, a partir de 2012, e dos preços administrados em 2015 levaram à inflação de dois dígitos. Então, vocês vejam que a inflação começa a subir em 2010 levemente e, de repente, em 2014, a inflação explode, por quê? Porque o Ministério da Fazenda, abruptamente, desrespeita todos aqueles índices que estavam represados. Você vê que o Brasil já teve o problema da queda das exportações, queda do valor de troca, uma queda abrupta da produção industrial brasileira e um aumento de inflação. Quer dizer, nós estamos indo para uma tempestade perfeita a partir de 2014. Esse é o índice oficial de inflação.

Próxima, por favor.

A desvalorização do real foi produzida por fatores internos e externos. Vejam o que aconteceu com o câmbio. Esse câmbio de 2002 a 2012, que valorizou demais a nossa moeda, foi, por um lado, o grande causador da desindustrialização do Brasil. O grande causador da situação péssima em que a indústria se encontra no momento foi a forte valorização do real.

Aí também houve outro equívoco, que foi o seguinte: o País precisava investir em infraestrutura, o País precisava crescer, e, para isso, precisa de poupança interna. A poupança interna é dada pela poupança das famílias, pelo lucro das empresas e pelo superávit do Tesouro. É isso que forma a poupança interna. Na hora em que o Ministério da Fazenda deu crédito à vontade para o consumidor, o que ele fez? Ele destruiu a poupança familiar. Então, esse é o principal item que afetou a poupança do País, e aí o País ficou sem condições de fazer investimentos.

Aqui mostra que, embora a desvalorização tenha sido muito nociva para a indústria nesse período, na hora em que ela retoma o câmbio numa velocidade muito alta, ela também é nociva. Nós precisamos de real desvalorizado e dólar valorizado. No entanto, como foi feito de uma vez só, muito rapidamente - vejam na parte cor-de-rosa, ali, depois de 2014 -, o que acontece? A indústria ainda está importando componentes... Na indústria, não há como você estalar os dedos e passar a não importar mais. A indústria ainda está importando, e o dólar sobe. Quer dizer, eu tenho uma carteira de pedidos da indústria que vai ser atendida com produtos importados, muito mais caros, além da inflação que causou.

Continuo.

Há o que somou a maior dificuldade no acesso ao crédito. Veja só: o Brasil deu crédito à vontade - todo mundo se endividou, foi a festa - até 2014. No começo de 2015, o Brasil cortou o crédito. Então, o crédito começou a cair. Então, esse é outro fator que levou o País à recessão.

Já estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Tem mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO - Certo.

Taxa de desemprego. Veja aqui, agora, a consequência. Uma das consequências foi o forte aumento do desemprego a partir de 2015. É lógico. Você asfixiou a indústria, tirou crédito do mercado, aumentou tarifas, aumentou carga tributária, tirou desonerações, você fez de tudo com aquele paciente. Só que aquele paciente não tinha condições de arcar com o aumento dos impostos. O que acontece? As empresas - começou pela indústria, depois foi para serviços e agora está no comércio - começaram a desempregar barbaramente, a ponto de chegarmos a esse índice de desemprego de mais de 10% em que estamos hoje.

No próximo, vemos esse que talvez seja um dos mais interessantes, Senador. Aqui mostra alguns fantasmas que foram criados e que, na verdade, não eram bem a realidade. A curva azul é a evolução, de 2002 até hoje, da arrecadação, receita líquida total do País. É tudo que se arrecada em impostos. E o vermelho, as despesas. Vocês veem que, em todo o período, as despesas acompanharam a receita, com alguns sobressaltos. Um deles foi a crise de 2009, já citada aqui, do Lehman Brothers, que deu aquele problema todo na economia. Caiu um pouco a arrecadação, mas ela sempre esteve acima da despesa e depois se recuperou. E o que acontece? A desoneração do IPI é um dos grandes culpados. Agora, as desonerações são as grandes culpadas. Vejam que, quando houve a desoneração do IPI, não aconteceu nada em relação à receita. A receita já estava em queda, e continua em queda, mas em função da crise econômica mundial, não por causa da desoneração do IPI. E vejam que a desoneração da folha, quando ela foi dada, também não mexeu na arrecadação. Vejam que você nem percebe o efeito da desoneração da folha. O que acontece lá em cima, na queda da arrecadação, é que o Brasil começa a entrar em crise. Na hora em que vem o Levy e faz todas aquelas medidas que a gente acredita que não deveriam ter sido adotadas, vejam o que acontece com a arrecadação: a despesa continua subindo como vinha subindo.

O problema é que caiu a arrecadação. E por que caiu a arrecadação? Caiu porque o Ministério da Fazenda nos mergulhou nessa crise enorme, aumentou imposto e o efeito não surgiu. Houve aumento de imposto, mas não houve aumento de arrecadação. Então, vocês vejam que o problema começa em 2015. Não é o problema das desonerações feitas no passado que colocou o País nessa situação.

Por favor, o próximo.

Vejam só, falando em arrecadação, olhem o que acontece, as principais contas da receita líquida total. Aqui são, em cima, as receitas administrativas da Receita Federal e, embaixo, da Previdência. Vejam que, quando houve a desoneração da folha com a arrecadação da Previdência, não aconteceu nada, não houve um prejuízo importante para a arrecadação da Previdência, o que houve foi muito discurso, dizendo que a desoneração da folha estava prejudicando, e não estava.

Lembro que, quando foi idealizada a desoneração da folha, ela era somente para 14 setores industriais que sofriam concorrência de produtos chineses aqui. Era uma forma de defender a nossa indústria. Quando foi implantado, de 14 setores, foi para 56, e todos os outros 40 setores foram setores de serviço que não estavam com problema de concorrência externa. Por exemplo, não se importa *call center*, e *call center* foi desonerado. A nosso ver, não havia a menor necessidade de desonerar *call center*, porque você não importa *call center*. *Call center* está aqui. E a desoneração da folha foi uma medida tomada para dar competitividade externa a produto industrial. Mas vejam que não acontece nada. A mesma coisa com a desoneração do IPI. O IPI foi desonerado e, depois da crise de 2009, a arrecadação continua subindo.

Vamos em frente.

Aqui é uma decomposição dos principais impostos. Lá de cima, o primeiro é o Imposto de Renda. Vejam que vinha a arrecadação normal. Quando chega a crise que foi colocada a partir de 2015 com as medidas do Ministério da Fazenda, vejam o que acontece com a declaração de Imposto de Renda.

A segunda curva é PIS/Cofins. Vejam o que acontece com PIS/Cofins. Aqui está claro que houve desaceleração da indústria.

Então, nunca o Levy iria conseguir fazer o ajuste que ele queria reduzindo a arrecadação. Ele aumentou imposto, mas diminuiu a arrecadação. E não foi o fim da desoneração da folha que o ajudou. Ele acabou com a desoneração da folha e continuou caindo.

A quarta aqui são outras receitas.

E a quinta o IPI. Vejam que o IPI foi desonerado lá atrás, mas IPI, nos últimos... Isso aqui tudo é deflacionado, senhores. Todos os gráficos que eu mostrei até agora são deflacionados. Então, vejam que a desoneração do IPI lá atrás não mudou nada. O IPI continua o mesmo em todo esse período. Ele cai no fim, quando começa a recessão.

Agora, para terminar, as conclusões.

A retomada do crescimento exige atuação do Governo em várias frentes, pois é necessário atacar tanto os programas estruturais quanto os conjunturais. O que o Levy estava fazendo: ele tentou atacar os programas estruturais, mas não conseguiu, e atacou apenas os conjunturais. Os estruturais, como déficit nominal elevado, indexação... Aqui, indexação é o seguinte: hoje nós temos um Plano Real inacabado. O Plano Real, infelizmente, lá atrás, há muito tempo, foi idealizado, colocado em prática, mas a última etapa nunca foi concluída, que era a total desindexação da economia. Hoje, se você tem um aluguel, no fim do ano, vai ser reajustado. Todas as tarifas hoje são reajustadas uma vez por ano, mas todas são obrigatoriamente reajustadas por força de contrato e porque a economia está indexada.

O que o Brasil precisava era desindexar a economia e que qualquer reajuste, qualquer aumento de preço, fosse renegociado entre as partes. Isso, para nós, é a conclusão do Plano Real, que não aconteceu até hoje.

Então, vamos voltando aqui.

Déficit nominal elevado, indexação, previdência, qualidade do gasto público, segurança jurídica, reforma tributária: nesses itens o Brasil precisa mexer urgentemente, porque, da forma como estão, tiram a competitividade da indústria brasileira perante as de fora. A política monetária e a reforma política, dentre outros, poderão ser encaminhadas pelo governo de transição, mas seu efeito será sentido no longo prazo.

Então, o que podemos fazer no curto prazo, até porque o novo governo não tem tanto tempo caso ele perca até 2018? No curto prazo, não podemos repetir o erro de usar a CPMF para aumentar as receitas. Isso oneraria o contribuinte, geraria desgaste político e não resolveria o problema da crise econômica e do déficit orçamentário. Não seriam R\$30 bilhões de arrecadação de quem não pode mais pagar imposto que resolveriam o problema fiscal. No curto prazo, precisamos de uma política cambial que defenda um câmbio competitivo; de uma política monetária que incentive uma taxa de curto prazo neutra em relação à inflação; da simplificação das concessões públicas em infraestrutura, com a adoção de um regime de *fast track* nas licenças operacionais e ambientais.

Terminando: desoneração total dos investimentos. O Brasil ainda é o único país do mundo que onera os investimentos, que, por sua vez, devem ser utilizados como locomotiva para o crescimento. O Brasil não vai voltar a crescer através do consumo. O Brasil só vai voltar a crescer na hora em que consertar a infraestrutura deficiente que tem e em que a indústria brasileira tenha competitividade.

A reforma do PIS/Cofins. Essa reforma é imperiosa, Senador. Nós temos que trabalhar nesse projeto, que é um projeto que já está pronto e precisa andar, distribuindo seu peso igualmente entre os diversos setores da economia. Hoje a indústria de transformação, que responde por apenas 9% do PIB, é responsável por 40% do total da arrecadação. A indústria está sendo asfixiada e, quando a indústria acabar de morrer, não sei quem vai pagar essa conta. Hoje a indústria paga 40%, sendo apenas 9% do PIB. Quando a indústria era 24% do PIB, ela era responsável por 40%. Vem caindo a sua participação no PIB, mas a sua participação na arrecadação é constante.

É necessária uma reforma do ICMS visando anular os efeitos nocivos causados pela guerra fiscal, que tira arrecadação dos Estados e cria assimetrias entre as diversas atividades industriais. Ora, o fabricante de uma máquina ou de um bem industrial no Rio Grande do Sul não pode ser preterido no Espírito Santo porque somos todos brasileiros - aqui cito esses dois Estados apenas como exemplos, poderia ter falado em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia ou qualquer outro.

Em nosso entendimento, a superação da crise passa obrigatoriamente pela retomada do crescimento, sendo as exportações...

Câmbio. O Brasil precisa de câmbio, senão a indústria vai continuar asfixiada.

Os investimentos em infraestrutura, ambiente regulatório e a irrigação de capital de giro das empresas.

Juros, BNDES são os instrumentos indispensáveis. Hoje, uma empresa, uma indústria brasileira que vá ao banco, se conseguir crédito, consegue capital de giro a 40% ao ano. É impossível procurar a rede bancária para fazer investimento. O único lugar onde existem juros decentes é o BNDES, embora, a partir de 2015, os juros do BNDES já não são compatíveis e competitivos quando comparados com os juros dos produtos industriais lá fora.

A adoção dessas medidas irá reverter as expectativas, permitindo ao País voltar a crescer, o que rapidamente sanearia os déficits fiscais, dando ao País fôlego para completar as reformas necessárias e tempo para poder esperar o efeito das ações de médio e longo prazo.

A questão é a seguinte: não adianta ficarmos aqui discutindo o retorno da CPMF, aumento de carga tributária e consumo. O que nós temos que fazer aqui é pavimentar uma estrutura, fazer um alicerce na nossa economia, trazer competitividade. Câmbio e juros são importantíssimos. A questão tributária asfixia a indústria. E aí, no segundo passo, voltamos a crescer. Era isso, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem. Esse foi o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o Sr. José Velloso Dias Cardoso, que apresenta aqui um diagnóstico da crise.

Eu quero ter sempre esse cuidado, pessoal. A crise existe e está aí. Não importa se é o Governo - eu não digo o governo anterior - que está, agora, na figura da Presidenta licenciada, ou afastada por seis meses, ou o atual Governo. A crise está aí. Estamos fazendo este ciclo de debates, como fizemos um ciclo de debates aqui sobre a democracia com os mais variados setores da sociedade na semana passada. Agora vamos iniciar um ciclo de debates exatamente sobre a crise econômica, emprego e renda.

Cumprimento aqui o Presidente José Velloso, que, além de fazer críticas à economia - é mania de nós todos, e aí me incluo, só fazer a crítica, mas não apontar os caminhos -, teve a preocupação de fazer críticas, independentemente deste ou daquele governo, e apontou os caminhos. Pode haver o contraditório, mas eu acho muito interessante.

Pergunto se a exposição de V. Ex^a pode ficar conosco.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO - Já está lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Já está e fica à disposição da Comissão.

Meus cumprimentos.

Vamos agora, de imediato, até para intercalar um pouco, para não ficarem dois com posição talvez semelhante, passar para o José Calixto e depois para o Dr. Luís Fernando.

Neste momento, passo a palavra ao Presidente da Nova Central dos Trabalhadores, o líder José Calixto Ramos. Em seguida, fala o Dr. Luís Fernando Mendes.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS - Nobre Presidente, Senador Paim, meus colegas de Mesa, colegas do Plenário, eu queria, primeiramente, agradecer mais uma vez o convite para esta reunião.

Naturalmente, quero dizer que, nesta Mesa, talvez eu seja o menos indicado para oferecer algumas sugestões para a retomada do desenvolvimento, tendo em vista os técnicos que já estão elencados para falar.

Mas eu queria, primeiramente, Presidente, citar algumas providências - e quero fazer diretamente para depois comentar - que, a nosso juízo, deveriam ser tomadas para atender ou atingir o objetivo que está elencado nesta reunião. São elas:

- retomar, rapidamente, o investimento público e privado em infraestrutura social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica;
- retomar e ampliar os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial na Petrobras;
- destravar o setor de construção, utilizando instrumentos institucionais adequados que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas com a manutenção da atividade produtiva e dos empregos;
- criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação;
- priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo - agricultura, indústria, comércio e serviços -, de adensamento das cadeias produtivas e de reindustrialização do País com investimentos e contrapartidas sociais e ambientais;
- ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro às empresas; e
- adotar políticas de fortalecimento no mercado interno para incremento dos níveis de consumo, de emprego, renda e direitos sociais.

Todavia, Senador, nós entendemos... Agora mesmo, nós ouvimos o Presidente em exercício dizer que não quer falar em crise. Mas, como já vivemos bastante e já passamos por várias crises, nós temos a certeza - e podemos comprovar isto - de que toda crise, geralmente, traz três consequências: há aqueles que até aumentam o seu capital em face da crise, que enriquecem com a crise, aqueles que são atingidos diretamente pela crise e aqueles que, na verdade, tiram vantagens da crise. A crise não vem de forma igualitária para toda a sociedade brasileira. Cada setor tem um sentimento da crise. Mas nós

entendemos que, enquanto não passar toda essa crise política que nós estamos vivendo agora, com o governo provisório, com o governo em exercício, enquanto tudo isso não passar, nós dificilmente destravaremos a economia do País.

Pela Constituição, nós temos três Poderes independentes e harmônicos entre si: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Não há independência dos Poderes, muito menos harmonia, porque a crise chegou a tal ponto que se perdeu o respeito às próprias instituições. E o capital, o que é natural, não investe por amor à Pátria. O capital investe tendo certeza do retorno com lucro, é natural. Se não houver essa segurança jurídica que tanto se comenta, dificilmente o capital vai arriscar. É melhor deixar rendendo a 12% ou 13% e acabou, deixar paradinho e tal. Muito bem.

Por que eu falo nesses setores da economia? Para a energia elétrica, os olhares do poder têm de ser voltados com muito mais veemência, porque toda produção depende da energia elétrica e, de repente, se você verificar o sentimento das entidades trabalhadoras desse setor, estão desesperadas, vendo a hora de acabar a energia e ter um colapso o País.

Quando eu falo do setor da construção, vejam bem, a construção é o setor que tem uma rotatividade muito grande, mas é o que mais emprega. Ele movimenta uma infinidade de matéria-prima que vai desde a extração da areia até a torre de televisão. Então, vejam, nessa cadeia toda, quantas matérias-primas são empregadas nesse setor da construção? E aí vem a metalurgia, que é exatamente para produzir o aço, o ferro que vai servir não só para a indústria da construção, mas também para a indústria que, na ótica do Governo, é a que alavanca a economia do País, que é a indústria automobilística. Nós entendemos que não; a que alavanca é a construção. A construção vai gerar a necessidade da geração do aço, da fabricação do aço e vai atender exatamente o setor automobilístico. Então, vejam que é uma cadeia enorme tanto de matéria-prima como de atividades profissionais distintas, algumas até muito especializadas.

Então, nós achamos que, levando em conta esses pontos que nós levantamos como preocupação, antes que termine tudo isso e a política passe a ter o seu papel, o Executivo o seu papel, o Judiciário o seu papel, aí, nós talvez poderemos destravar a economia.

O que acontece hoje? O Executivo não cumpre o dever de casa como deveria, data vênia, o Legislativo também não cumpre, então, tudo deságua no Judiciário. Questões que são específicas e da competência do próprio Legislativo vão para o Supremo Tribunal Federal para que eles deem a solução, muitas vezes, para esta própria Casa. Então, como não há essa segurança, os trabalhadores estão desesperados, o movimento sindical atônito em face do crescimento do desemprego. Conforme foi dito pelo nosso colega, são mais de 11 milhões de trabalhadores desempregados, e a tendência é ir aumentando por falta exatamente desse respeito.

Sempre repito isto: eu venho de um tempo em que, quando se falava em Senador da República, fazia-se uma reverência, até aqueles que usavam chapéu tiravam o chapéu. Hoje não existe isso, é chacota de todos os lados: desde lá da Câmara de Vereadores da cidade mais distante até a própria Presidência da República. Então, está faltando, na nossa ótica, muito respeito às instituições, credibilidade aos setores que governam o País de forma geral, considerando o conjunto dos três Poderes, falta confiabilidade e o pior: existe já o desespero da classe trabalhadora. Se não fizermos uma discussão levando em conta essas questões, dificilmente vamos destravar a nossa economia e chegar ao que queremos: a criação de emprego, a distribuição de renda e assim sucessivamente.

Então, a nossa preocupação, na verdade, é muito grande e é a preocupação de todos.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS - Como aplicar essas preocupações eu não sei, estamos levantando o que entendemos, a nosso juízo, que precisa ser feito. Agora, como fazer, se eu tivesse a receita, talvez estivesse num outro patamar, não estaria nem aqui discutindo com vocês essas questões.

Senador, eu vou terminar, sempre enaltecendo a sua atividade, a sua ação nesse processo. Já acostumamos com audiência pública toda segunda-feira, às 9h da manhã, inclusive hoje até estranhei um pouco, os seus assessores estavam pensando em cortar o seu repouso remunerado, porque chegou um pouquinho atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Foram 30 minutos, foi grave. Cheguei constrangido aqui.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS - Então, minha gente, a nossa preocupação é essa, a preocupação da Nova Central é essa. Não há mistério, eu não sou técnico para discutir pormenores da economia conforme os técnicos estão discutindo, mas estamos vivendo isso, estamos sentindo. O fato é que alguém está tirando proveito disso. A crise não é uma crise específica para o nosso País, mas geralmente os países menos desenvolvidos sofrem muito mais com as crises, quando vêm de fora para dentro.

Eu tenho certeza absoluta, e prego isto, de que vamos passar essa crise e vamos voltar a crescer e a desenvolver o nosso País, conforme vinha acontecendo. É um período crítico na verdade, não há como deixar de falar na crise, mas é uma crise que vamos ultrapassar, como já ultrapassamos outras crises.

Tenho levado essa pregação até de fé, de confiança, de perseverança aos meus colegas das entidades sindicais para que não haja um desespero, porque, daqui a pouco, se todos os trabalhadores se desesperarem, não sabemos o resultado a que vamos chegar para a nossa própria Nação brasileira.

Agradeço, Sr. Presidente, esta oportunidade, mais uma vez. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem.

José Calixto Ramos, permita-me, da sua contribuição importante, anotei algumas coisas. Primeiro, fala da insegurança jurídica; fala da crise política. É inegável que temos uma crise política e vamos conviver com ela ainda, ninguém sabe se por até seis meses ou até 2018. São preocupações que temos, naturalmente. Fala da instabilidade na economia; fala de serviços como a construção civil, cuja retomada é importante. Claro que todos os setores são importantes, mas esse deu como exemplo. E fala sobre a situação, também já tenho me posicionado, de conflito permanente entre o Legislativo, o Executivo e o próprio Judiciário. Acaba a decisão sendo tomada no Judiciário quando não há esse entendimento que gostaríamos, que seria, no meu entendimento, um grande pacto entre todos os setores da sociedade para a retomada do crescimento e do emprego.

Vamos, então, de imediato...

Um rápido comentário. Achei a música: Um homem também chora (Guerreiro Menino), que termina dizendo:

O homem não tem honra

E sem a sua honra

Se morre, se mata

Não dá pra ser feliz.

Seu sonho é sua vida

E vida é trabalho

E sem o seu trabalho

O homem não tem honra".

É o tema do debate aqui. Foi um sucesso enorme na voz do Fagner, mas a autoria é do Gonzaguinha: Guerreiro Menino, Um homem também chora. Todo guerreiro, no fundo, é um menino. Acho muito bonita a música.

Mas vamos lá. Saindo do meu romantismo sonhador de sempre, a palavra, agora, com o Sr. Luís Fernando Mendes, que é economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Por favor.

Estou dando aqui até 20 minutos: cinco, mais dez, mais cinco, vai até vinte.

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES - Acho que não vai precisar. Quero tentar fazer mais debate.

Bom dia! Bom dia a todos.

Obrigado, Senador. É uma honra estar aqui, é uma oportunidade de apresentar as questões ligadas ao crescimento, em particular, do setor da construção, que é a entidade de que participo.

Quero trazer um pouco a fala dos dois participantes, dos dois palestrantes que estiveram antes de mim, ressaltando algumas questões, porque acho que todas as duas, sem dúvida nenhuma, estão totalmente alinhadas, pelo que pude perceber.

Quero ressaltar uma questão que acho importante lembrar: existe sim uma crise fiscal, mas, como foi dito aqui, antecede a crise que vivemos hoje. Isso é um ponto importante. E acredito, e aí vou trazer o fato, que esta crise veio obscurecida por um ciclo de crescimento em que você, naquele período, acabou havendo um aumento expressivo de arrecadação, em que, obviamente, não havia, naquele período, uma crise fiscal.

É óbvio que você teve um período em que a receita cresceu mais que a despesa e se incorporou a esse orçamento um conjunto de despesas que se tornaram, vamos chamar assim, complicadas de serem retiradas no momento em que você voltasse a ter uma desaceleração da economia. A consequência disso é que você acabou vivendo uma situação em que as despesas não caem na mesma velocidade que as receitas num período em que você tem uma desaceleração da atividade.

Por isso, a crise fiscal é apresentada como a crise primária, primeira que talvez precisasse ser resolvida, porque a lógica que se tem é a seguinte: mais gasto fiscal. Como o gasto fiscal afeta o gasto de governo, ele entra diretamente na economia,

ele não tem um multiplicador que reduz, ele não tem redutor, ele entra direto, o efeito dele, inclusive, é muito forte, acaba levando àquela lógica da oferta e da procura: coloco mais recursos na economia, a tendência é ter um impacto inflacionário. Para conter impacto inflacionário, você tem aumento de juros e aí você desacelera mais ainda a economia. Então, você entra num ciclo que, obviamente, é perverso, porque para resolver um problema você cria novos problemas. Aí, por esse engessamento do gasto fiscal, você não consegue fazer o ajuste, que seria o ajuste fiscal, porque você tem despesas obrigatórias que não há como cortar.

Hoje, eu diria, já chegamos a uma situação em que, se consideramos - estava olhando o último corte que houve do Orçamento e está, se não me engano, em 1,2% do PIB -, se colocarmos em percentual do Orçamento, poderíamos dizer que isso praticamente zera as despesas discricionárias.

A grande preocupação recente, que inclusive está sendo discutida ainda, que é a alteração do resultado primário, é exatamente em função do fato de que, como você já está no limite - vamos chamar assim - do corte discricionário, se eventualmente tiver que ampliar esse corte, no próximo dia 22, provavelmente, vamos viver uma situação de colapso, porque você vai paralisar integralmente as operações que exigiriam despesas mínimas ali, uma gaze, um esparadrapo, enfim, você vai viver uma situação crítica, porque estaria praticamente zerando as despesas discricionárias em detrimento de não ter mais como cortar despesas e entrar naquelas obrigatórias. Então, aí está sendo discutida uma série de questões para se tentar criar esses alívios fiscais como a DRU, desvinculação de receitas.

Mas, como foi dito aqui, inicialmente, numa situação para se estabelecer alguma forma de aumentar receita, enfim, são medidas paliativas que, na prática, podem, inclusive, agravar o problema, não no caso da DRU, mas, por exemplo, como foi colocado aqui, a expectativa é criar uma nova fonte de receita. Você certamente resolveria, entre aspas, "estabeleceria" um período de equilíbrio ou buscaria acelerar o processo para tentar reequilibrar as contas públicas, tentar reequilibrar a dívida pública, que é quem tem crescido, mas, na prática, agravaria mais ainda o problema da atividade econômica, sem sombra de dúvida.

Então, eu diria que hoje o grande dilema que está se colocando é o dilema que, na verdade, nunca foi totalmente resolvido no Brasil, na minha opinião, que é aquele entre a economia monetária e a economia real, em que você sempre prioriza a monetário, o mundo monetário, o mundo bancário, financeiro, em detrimento da economia real, que é a economia que a gente efetivamente vive, a que gera emprego, aquela em que as pessoas têm acesso a bens e a serviços, principalmente bens. Então, eu estou colocando isso porque acho que caracteriza bem o momento. A gente está vivendo um momento em que o monetário passa novamente a sobrepor a economia real, em que você passa a ter inclusive a imprensa sempre priorizando o foco dos analistas do mercado financeiro em detrimento das análises do setor produtivo.

Essas questões que foram colocadas aqui não vão normalmente para dentro da imprensa, não mostram essas questões que foram colocadas sobre o impacto que as desonerações tiveram efetivamente dentro da curva das receitas reais. Esse tipo de informação não vai, porque o mercado financeiro é um mercado especulativo e que vive de expectativas. Aliás, a economia vive de expectativa, mas as variáveis que são medidas na economia monetária têm um objetivo para atender a expectativa daquele mercado, e o mercado real trabalha sob uma outra ótica.

Eu diria que a economia monetária é fundamental, mas ela serve de graxa, de óleo para lubrificar as engrenagens do mercado real. E, neste momento, começa a servir de areia para dentro do mercado real. Digo isso porque começa a se ventilar uma série de outros fatores, por exemplo a questão do direcionamento de crédito que foi colocada aqui: "Ah, o BNDES tem que acabar com os recursos direcionados". O setor de construção vive esse problema, por exemplo, no segmento de habitação. Começam a se ventilar exatamente essas soluções mágicas, que, na prática, agravariam certamente o problema e que não vão resolver, muito pelo contrário, são apresentadas, às vezes, como uma solução de curto prazo que vão, certamente, agravar o problema do Brasil, porque privilegiariam mais uma vez o monetário em detrimento da economia real.

É interessante aqui esta Mesa porque a gente está com dois setores que, eu diria, representam praticamente a totalidade do investimento fixo que é feito no Brasil: máquinas, equipamentos e construção civil. O diagnóstico, sem dúvida nenhuma, para retomar o crescimento, visto que se você pega as variáveis que compõem o PIB vai perceber que a grande variável que de fato induziu a queda do crescimento foi o investimento, e o investimento tem uma característica interessante, porque ele não só ativa a economia no momento instantâneo, no momento agora, por conta da demanda de bens e serviços que você tem na economia, como também aumenta a capacidade física do País para aumentar sua produção, ou seja, você cresce a capacidade produtiva da economia de maneira que se cresce sem gerar pressões inflacionárias, pressões de custos, pressão inflacionária. Então, incentivar esses dois segmentos que estão aqui eu diria que seria determinante para que você possa ter um crescimento...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES - ...de forma sustentável.

Bom, aqui a gente falou, eu falei sobre expectativas. Hoje, uma grande questão está colocada sobre as expectativas.

Eu diria que a economia é uma ciência de expectativas, em que os agentes econômicos tomam decisões hoje pensando no que vai acontecer amanhã. Ela está muito ligada à questão da confiança, tanto a confiança do consumidor como a confiança do investidor.

E o que fez aparecerem todos esses problemas que estamos vivendo hoje? Exatamente a queda da atividade. Os problemas, na verdade, já existiam e agora eles vão ter que ser enfrentados no curtíssimo prazo. Tivemos a oportunidade de enfrentar esses problemas ao longo de um bom período de tempo, mas não fizemos isso e, agora, temos que conviver com eles e resolvê-los no curtíssimo prazo. Isso é um problema, porque tudo o que é feito de maneira assoberbada acaba criando situações em que algumas coisas que precisavam ser feitas são feitas, mas algumas não verdades são colocadas no bolo e acabam passando. Então, esse é só mais um alerta em relação ao problema que estamos vivendo.

O que vimos aqui que acho que é interessante ressaltar? Nós também temos essa preocupação com o aspecto fiscal, sendo que a grande preocupação que temos é que, dentro dessa composição do gasto, estamos cortando radicalmente os investimentos públicos também. Então, é mais uma observação, como conseguimos... Temos que criar um mecanismo para que o ajuste seja feito sem que isso venha a agredir e a comprometer radicalmente os investimentos públicos.

Um mecanismo para a gente poder tentar alavancar esses investimentos é, sem dúvida nenhuma, trazer o modelo de parcerias público-privadas, em que se tem como tentar alavancar o recurso público, e o modelo de concessões, que obviamente poderia também ter sido trabalhado mais nesse último período. No entanto, acabou que se deu muita prioridade ao investimento público direto, acabou-se fazendo um gasto - vamos chamar assim - que acabou onerando; poderia ter sido menor esse impacto. Enfim, eu alerto também para o seguinte: no momento em que se corta mais investimento público, se desacelera mais a atividade econômica. Então, quanto a esses cortes fiscais, é preciso ter em mente que eles não vão inicialmente resolver o problema, eles vão, provavelmente, pela forma como estão sendo feitos, talvez até agravar o problema da geração de emprego e renda, de crescimento.

Como é que a gente pode fazer para melhorar esse investimento e viabilizar essas parcerias? Foi colocada aqui a questão da segurança jurídica. A gente imagina que um bom mecanismo seriam as sinalizações para o mercado produtivo sobre a questão da burocracia - foi falado aqui no *fast track* -, sobre a tributação. E está caracterizado, de maneira muito clara, que a desoneração, ou as desonerações, não necessariamente seria um problema para a atividade. Muito pelo contrário, você pode criar mecanismos em que você tenha como medir os efeitos que essa desoneração está tendo para você avaliar os efeitos sobre emprego e renda, por exemplo.

E há a questão da formalização, que está diretamente relacionada, na minha opinião, à questão da tributação. No momento em que você onera, você induz à informalidade, tanto sob o aspecto de você começar a informalizar o emprego e a renda e, obviamente, acabar afetando até a própria arrecadação, como sob o aspecto da própria produção: você começa a ter produtos - entre aspas - "informais" entrando na economia e concorrendo com a economia formal.

Então, eu entendo que a segurança jurídica passaria pela desburocratização e pela melhoria do ambiente tributário. Não estou aqui colocando desonerações a perder. Na verdade, desonerações pontuais ou um ajuste, como já foi colocado aqui, uma reforma tributária. Isso seria, sem dúvida, o ideal. E isso, certamente, traria um processo forte de formalização da economia.

O setor da construção, em particular, é um setor que ainda vive e convive - isso aconteceu mesmo no período que a gente teve...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES - ... de crescimento recente - com um processo muito forte de informalidade. A informalidade, nos melhores momentos, chegou a algo em torno de 40% do setor, e hoje já novamente ultrapassa os 50% do setor, considerando que boa parte dessas pessoas que hoje trabalham na informalidade, se eventualmente entrassem no sistema formal, não só melhorariam a arrecadação do Governo, como trariam recursos formais e, inclusive, o processo de bancarização, enfim, todo o processo de formalização do sistema econômico.

E como se imagina conseguir sair dessa condição que está estabelecida? Primeiro, a partir desse modelo que, imagina-se, melhorará o ambiente de negócios. A partir dele, com o aumento - e aí já está sinalizado -, com a oportunidade do setor externo, e com os modelos de concessões, as PPPs, e investimentos, principalmente nas áreas mais carentes da economia, que seriam as de saneamento e habitação popular. Isso seria um modelo, porque se atacariam duas coisas ao mesmo tempo: as carências que o Brasil tem, tanto de infraestrutura urbana como de infraestrutura nacional. Isso melhoraria a

competitividade geral da economia, incluindo a indústria de transformação, ao mesmo tempo em que haveria um efeito forte sobre renda e emprego na economia, considerando que o setor da construção é um setor intensivo em mão de obra e que, sem dúvida nenhuma, entre os setores econômicos que temos hoje, é o que tem mais oportunidades de negócios, porque existe uma demanda muito forte represada ainda na economia.

Então, isso é o que eu tenho para colocar.

O que a gente estava vendo - só para comentar aqui, rapidamente, e eu acompanho esses números do emprego há algum tempo - é que o setor industrial, da indústria de transformação em particular, nunca conseguiu recuperar uma condição favorável, mesmo no período de crescimento da economia, porque houve a competição - vamos colocar assim - que o câmbio acabou gerando nesse período de crescimento da economia, em que ele não conseguiu ganhar mercado interno. Apesar de o mercado interno ter crescido, ele perdeu parte desse mercado para a economia e para produtos estrangeiros. E, na contraparte, agora, ele continua num ciclo em que... Ou seja, eu poderia dizer que a indústria de transformação, em particular, não conseguiu se beneficiar desse período forte que teve de crescimento passado e, obviamente, neste momento, ela também é vitimada, ainda mais, pela crise que estamos vivendo.

Estamos vendo a indústria de transformação com uma perda de empregos, que já vinha forte, se agravando. Veio com o setor da construção e, agora, a gente está vendo dois setores, que até então estavam fora do processo, que são os setores de serviços e de comércio, também sendo afetados.

Então, é uma crise bastante expressiva para o mercado de trabalho na minha opinião. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, esse foi Luís Fernando Mendes, economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Rapidamente, permitam-me resgatar - sei que não vou resumir a sua palestra aqui -, ele mostrou que a DRU está aí e preocupa todos - acho que alguém depois vai falar também -, porque ela avança na receita de determinados recursos da União, de 20% para 25%.

Quanto à CPMF, aqui na Mesa já foi dito que não unifica. Não unifica, quer dizer, não será fácil passar aqui na Casa.

Prevalecer o monetário acima do real não nos interessa, é muito preocupante. O sistema financeiro não pode ficar em primeiro lugar - estou resumindo - em detrimento do setor produtivo. Nós temos que nos preocupar com o mundo real - peguei essa frase que você usou aí muito na questão do monetário.

Não há mágica.

Recomenda também o modelo de parceria público-privada e de concessão e aponta para uma reforma que avance na questão tributária para garantir uma formalidade maior e diminuir a burocracia.

Fala também da importância do saneamento, da infraestrutura, da casa própria, e demonstra o poder que tem a construção civil para gerar emprego e renda.

Foi só um comentário rápido. Depois, nós avançaremos, em um segundo momento.

Passo a palavra agora para o diretor-técnico... Não. Antes, aqui - vou deixar o Dieese encerrar esta Mesa -, passo para o Flávio Werneck Meneguelli, que fala aqui representando a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Peço que coloquem também já uma cadeira aqui à minha esquerda, porque chegou o representante da Conlutas.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI - Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia aos colegas da Mesa; ao Prof. Clemente, que participou do nosso último seminário e nos abrilhantou e nos deu um pouquinho de visão além dessa fumaça e desse nevoeiro que nós estamos vivendo ultimamente, em que nós não conseguimos enxergar bem quais são as soluções para a melhoria da nossa economia, para a melhoria da nossa sociedade.

Eu gostaria de falar - serei bem sucinto, Senador - diz respeito ao equilíbrio. Nós vemos hoje, principalmente após o problema político que estamos vivendo, uma situação em que algumas falas e algumas colocações sobrepujam a economia financeira propriamente dita às necessidades da população brasileira. E nós sabemos da carência que temos em várias áreas no Brasil, e áreas importantíssimas.

Não é preciso discutir aqui que, a médio prazo, a solução para os problemas da produção no Brasil seria um grande investimento em educação, principalmente no setor técnico.

Não há como não colocar isso na mesa. Então, a médio prazo, um investimento em educação seria uma solução - foi essa a solução aplicada em todos os países que tiveram um crescimento da indústria e da produção.

Mas o que hoje temos de mais urgente, é a discussão do momento... E eu gostaria - por isso citei o Prof. Clemente - de citar um trecho de um bate-papo que tivemos cerca de seis meses atrás, quando ele nos brindou com uma palestra. Ele

nos apresentou um diagnóstico mostrando quanto o Brasil estava arrecadando nos últimos dois anos e o que era feito com aquele dinheiro, ou seja, no que era aplicado o dinheiro arrecadado. Chegou-se à conclusão de que a maior parcela do que o Brasil produz e arrecada é investida, ou é colocada, em juros de dívida e capital especulativo. Isso nos preocupa muito, porque alguns discursos colocam como principal vilão o servidor público ou outros, como a Previdência Social. Nós temos hoje um absurdo gasto com juros e capital especulativo. E não são juros especificamente colocados para FMI etc., são bancos privados. Nós temos uma variedade muito grande de - entre aspas - "credores" nesse ponto.

E aí poderíamos discutir e colocar algumas propostas exitosas que tivemos em outros países. O nosso vizinho, o Equador, teve uma proposta exitosa nesse sentido. Houve uma renegociação, uma discussão, e, preliminarmente, foi feita uma avaliação desses valores - pode-se chamar de auditoria, mas foi feita uma avaliação desses valores - para que, depois, se renegociasse. E aí sobrou espaço naquilo que se arrecada para investimentos em educação e em saúde. É óbvio que queremos investimentos em infraestrutura, educação e saúde de qualidade.

Partindo dessa premissa, ou seja, de quanto o Brasil arrecada e de quanto dessa fatia é gasto para cada área - é a premissa adequada para se começar a discutir como vamos crescer e o que tem de ser investido ou deixar de ser investido -, passamos pelo nosso sistema tributário. Acho que é pacífico que nós precisamos de uma reforma no nosso sistema tributário, seja o sistema tributário para pessoa física, seja o sistema tributário para pessoa jurídica.

As dificuldades já foram bem colocadas aqui quanto à extrema burocracia para se abrir ou para se regularizar um negócio, e isso tem que ser atacado. Da mesma forma, nós temos que atacar a nossa progressão e o nosso pagamento, como são feitos esse pagamento e essa progressividade dos nossos impostos.

Hoje nós observamos uma classe média e uma classe recém-chegada à classe média achatadas por impostos. Ao mesmo tempo, observamos que o imposto sobre grandes fortunas nunca foi regulamentado, observamos que alguns impostos que poderiam incidir sobre o capital especulativo não caminham dentro das casas legislativas. Então, nós precisamos readequar o modelo.

E é simples a frase... Nós temos o conceito de Direito Tributário do *non olet* - não olha de onde vem o dinheiro -, mas nós temos também o conceito da progressividade. Isso, em todos os países mais desenvolvidos, nós observamos, ou seja, quem ganha mais paga um pouquinho mais. E nós não observamos isso aqui. Basta ver a nossa tabela.

Vou usar um exemplo simples, Senador, que é a nossa tabela do Imposto de Renda. Senhores, 27,5% acima de, se não me engano, R\$2.700 - não me recorde o valor específico - não nos dão a progressividade de impostos necessária no País. E isso pegando um exemplo pequeno. Se levarmos para PJs e outros impostos, vamos ver que essa progressividade na aplicação dos nossos impostos é bem complicada, ao ponto de fazer um comparativo, por exemplo, com um modelo de impostos. Vou pegar um país que conheço razoavelmente, o Canadá, onde essa progressividade chega a taxar em mais de 50%, a depender da renda daquela pessoa. Em contrapartida, o Estado dá saúde e educação de qualidade. Então, temos que buscar as melhores práticas, os exemplos exitosos, para que possamos discutir da melhor forma o País.

Quanto à empregabilidade, à queda ou ao aumento do desemprego no País, como foi colocado aqui, a construção seria uma solução rápida, e há outros pontos. Mas, como eu coloquei no início aqui, acredito que não seria uma solução que resolveria o problema do Brasil em médio e longo prazo. O que nós precisamos é nos ater aos índices e mergulhar naquilo que nós podemos trabalhar para dez, quinze, vinte anos.

E aí vamos esbarrar em outro problema - e é importantíssimo esse ponto. Nós temos uma legislação eleitoral, um regime eleitoral e político muito complexo. No Brasil, de dois em dois anos há eleição. Essa reforma política seria importantíssima para o País, para que nós consigamos acabar com os resultados imediatos, porque de dois em dois anos a classe política tem que mostrar resultado e tem que angariar fundos para eleições. A classe política brasileira vive nesse ciclo de eleições de dois em dois anos, quando tem que mostrar resultados, arrecadar para campanha. Isso é extremamente nocivo para o País, porque não se consegue aplicar ou colocar em andamento propostas de longo prazo.

E aí vem o discurso, que escutam vez ou outra, de que se gasta R\$680 em média com educação no Brasil e que, se investíssemos no colégio privado, ele pegaria isso e absorveria por apenas quinhentos e poucos reais, ou seja, o valor seria menor do que no colégio público.

Vemos que esse tipo de alegação se dá em cima de um resultado imediato. E aí vem o sucateamento do serviço público e, depois, se alega que o serviço público não é um serviço de qualidade.

Então, nós temos de evoluir também, Senador, no sentido de alterar a nossa metodologia e o sistema político hoje vigente. Temos de nos debruçar sobre esse complexo de legislações acerca de eleições e da política brasileira para que possamos também conseguir, com mais tranquilidade, aplicar metodologias a médio e longo prazos no País. Se não fizermos isso, cada vez mais, vamos ter propostas imediatistas.

Encerro por aqui. O Prof. Clemente está à mesa. Eu acho que ele vai discorrer melhor sobre esses gastos nossos - acho, não, tenho certeza.

Agradeço a oportunidade, Senador.

Ressalto apenas a necessidade de nós termos uma divisão tributária mais proporcional à arrecadação, ou seja, quem paga mais tem de receber mais. Tem de haver uma igualdade dentro das desigualdades tributárias de cada cidadão brasileiro e de cada indústria brasileira. Ressalto também a necessidade da reforma política, que é patente no País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, esse foi o Flávio Werneck Meneguelli, que falou pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Ele falou que a saída é a educação, é o ensino técnico; falou sobre a crise política; sobre a especulação financeira; sobre o porquê de não se tributarem as grandes fortunas e as grandes heranças.

Eu me lembro que participei de um debate, se não me engano, com o Mailson da Nóbrega, e ele nos disse que não tinha muita simpatia pela tributação de grandes fortunas, mas, sim, pela tributação de grandes heranças. Ele não sabe por que no Brasil isso não aconteceu, quando se sabe que isso já existe na maioria dos países. Eu fiz a pergunta para ele, e ele respondeu com a maior tranquilidade.

A tabela do Imposto de Renda é outro problema, principalmente no que tange à sua atualização e aos limites, que não são atualizados sequer pela inflação - tu acabas, cada vez mais, tendo o teu salário corroído por essa tabela que se torna injusta.

Cumprimento você também por ter falado da reforma política, eleitoral e partidária. Eu apresentei a PEC nº 15, que tem o objetivo de convocar não uma constituinte, mas uma assembleia revisional temática só para fazer a reforma política, eleitoral e partidária. Porque este Congresso, queiramos ou não, vai fazer para ele mesmo a reforma - não adianta, é aquela história de olhar para o seu umbigo, não é?

Então, se nós convocássemos agora mesmo, em 2 de outubro, o que eu chamaria de quatro... Eu dividi por 4 os 513, o que dá em torno de 122, 123. Nós convocaríamos esses homens, de notório saber naturalmente, adotando critérios como o da ficha limpa, não ter processos e outros tantos. Eles iriam fazer a reforma política, partidária e eleitoral para, em 2018, o nosso novo marco, então, eleger outro Congresso.

Falou dos tributos, mas eu já destaquei aqui.

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Paulo Barela, que aqui representa a Executiva Nacional da CSP - Conlutas.

O SR. PAULO BARELA - Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia, companheiros que compõem esta Mesa; bom dia aos presentes que vieram para esta audiência importante.

Apesar do esvaziamento, de não termos uma audiência cheia, o tema é extremamente importante. Nós, da CSP - Conlutas, prezamos muito esse debate, na medida em que nós vivemos uma situação de crise econômica muito forte no País combinada com uma crise política - crise pela qual há muitos anos não passava o País - que culmina neste momento com o impedimento da Presidente Dilma. Isso evidentemente ainda está em julgamento - há um processo de seis meses pela frente para confirmar isso ou não -, mas esses são elementos que apontam para uma crise bastante dura no nosso País. Essa crise, evidentemente, é fruto da crise econômica, e uma crise econômica que também não é apenas brasileira, é uma crise econômica que assola, de uma forma geral, o mundo inteiro. Como vivemos numa economia globalizada, não há como os efeitos da crise mundial não afetarem profundamente o nosso País. E, de fato, neste momento, ela está fazendo estragos bastante profundos.

Nós estamos aqui nesta Mesa mais para apresentar os elementos políticos da saída que nós entendemos serem necessários para a crise que vivemos. E não só para a crise atual: digamos que para a crise cíclica do capital de uma forma geral.

Nós, da CSP - Conlutas, e as organizações que a compõem, buscamos construir uma alternativa para o Brasil e para o mundo, que é uma sociedade com menos desigualdades. A sociedade que vivemos é controlada por aqueles que detêm o controle da riqueza e que impõem suas medidas, seus programas, seus planos econômicos para o conjunto da classe trabalhadora, que, em geral, é o setor chamado a pagar pelas crises que o sistema capitalista vive ciclicamente - neste momento, com uma crise que já vem desde 2012, por aí; mais profundamente nesse período mais recente, mas que começou no final de 2007, em 2008, e seguiu se avolumando.

As medidas que têm sido implementadas pelo capital não conseguem resolver o problema da crise econômica mundial. Os crescimentos são pífios. Mesmo países importantes que conduzem a política mundial, como os Estados Unidos e a China, por exemplo, ou mesmo a Inglaterra e a Alemanha, na Europa, não conseguem ter um desenvolvimento e uma produção industrial a ponto de resolver o problema da crise que nós vivemos hoje. E os países que compõem a Zona do Euro vivem

situações ainda mais dramáticas, com boa parte deles com déficits... Déficits todos têm, mas com PIBs negativos, com crescimento econômico pífio - naqueles em que ainda há algum crescimento -, a maioria em recessão.

Embora a economia mundial, na média, tenha tido um crescimento no último período, ele não foi suficiente para abater o déficit acumulado ao longo dos últimos anos ou, pelo menos, os desta última década.

Então, nós entendemos que apenas trabalhar com os números... Os números podem mostrar muitas coisas, mas eles são manipuláveis, eles são utilizados na medida em que você pretende impor sua política. Certamente, o Temer, agora, deve trabalhar com o Henrique Meirelles para contradizer, talvez, os números elaborados pelo Governo da Dilma ou do Lula para poder aplicar um plano econômico que justifique o fato de ele estar na Presidência da República neste momento. É bem provável que isso aconteça. E os técnicos, em geral, estão a serviço... Não estou dizendo aqui que as elaborações técnicas não sejam benfeitas. O problema é que há sempre uma forma de conduzir para o interesse daquele que está no poder no momento.

Então, achamos que a geração de renda é muito mais política, depende de muito mais medidas e ações políticas do que de medidas no terreno econômico propriamente dito. É preciso que tenhamos a compreensão da crise que vivemos e que entendamos, inclusive, quem são os principais penalizados com a crise que vivemos.

Então, para nós da CSP - Conlutas, o primeiro passo, tendo total acordo com o companheiro Flávio, que me antecedeu, é a suspensão do pagamento da dívida pública, porque ela representa um gasto orçamentário da ordem de 47%, de quase 50% do Orçamento da União. Isso significa o quê? E aqui estou falando da União, sem contar os Estados e os Municípios, que vivem asfixiados também pelas dívidas. Isso significa o quê? É como se o trabalhador que tem sua família comprometesse 50% da sua renda familiar com o pagamento de agiotas. E, além disso, nem é só o problema de que a dívida consome 50% do Orçamento, mas é que a dívida é completamente injusta. Se levantarmos isso a fundo, como a Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, tem colocado, em geral, vai se comprovar que, primeiro, não foi o povo pobre trabalhador que auferiu essa dívida e que, segundo, ela é fruto de juros sobre juros sobre juros sobre juros, o que leva à situação que estamos vivendo agora.

Então, o primeiro passo, no nosso entendimento, é fazer a suspensão da dívida pública e canalizar esses recursos para investir em áreas sociais. E, para não se dizer que a gente estaria tomando uma medida autoritária, seria feita uma auditoria, para verificar se, de fato, deve ou não deve fazer isso. Aliás, há projetos aí que passaram e que, infelizmente, a Presidente Dilma vetou. São coisas que vamos ter de rever, mas entendemos que o primeiro passo seria esse. Seria tomada uma medida política que significaria a suspensão do pagamento da dívida pública, o que abriria o caixa em mais de 50%.

É preciso também compreender que as desigualdades sociais do nosso País impõem que quem tem mais tem de pagar mais. Então, a taxação, por exemplo, sobre as grandes fortunas, sobre as grandes empresas e conglomerados, sobretudo os bancos e aquelas organizações internacionais e multinacionais etc., deve ser uma medida também a ser tomada. É preciso haver a taxação das grandes fortunas, porque quem tem mais vai ter de pagar pela crise, e não o contrário, como acontece hoje.

Nós entendemos também que isso tem de estar combinado com a geração de emprego. Os recursos precisam ser investidos em crescimento de emprego, em geração de emprego, e, para isso, nós entendemos que o nosso País precisa realizar um plano de obras públicas importante.

Nós temos carência de escolas, de universidades. Aliás, a política de repasse de recursos públicos para a universidade privada, para tentar colocar o trabalhador ou o filho do trabalhador na universidade, é um erro. Nós precisamos é investir nas universidades públicas, nas escolas públicas, nas escolas técnicas.

Então, nós achamos que é preciso haver um plano de obras públicas importante que vá gerar emprego, que vá apontar uma saída para atender às necessidades básicas da população. Portanto, investimento em escolas e universidades, construção de moradias populares.

Não tenho os números aqui, mas certamente quem trabalha com eles sabe que um dos maiores déficits sociais que existem no País é o problema da moradia. Quem anda na cidade de São Paulo, por exemplo - provavelmente o Senador anda por lá com frequência -, verifica isso. É cada vez maior número de pessoas que dorme nas ruas, é uma coisa impressionante!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BARELA - Nós precisamos, então, ter uma política para a construção de casas populares para resolver o déficit de moradias, para acomodar a população que vive nas ruas ou que vive em condições miseráveis nas favelas, nas periferias das grandes cidades.

É preciso que tenhamos uma linha para instrumentalizar todo o sistema de portos, aeroportos, escoamento viário sob controle do Estado. Não como está sendo feito agora, no sentido contrário, quando se entrega para a iniciativa privada o

controle de portos e aeroportos. Nós entendemos que isso tem que estar na mão estatal, inclusive para baratear os custos, para que haja controle obsessivo sobre isso, inclusive porque todo sistema de corrupção passa muito por essas coisas. O sistema de privatização que ocorreu no nosso País desde Fernando Henrique Cardoso, mas que também passou por Lula e, mais profundamente, por Dilma agora, recentemente, leva a esse tipo de situação também, ao acúmulo de casos de corrupção e tudo mais.

Nós achamos que é necessário um sistema de vias, construção de estradas, que é uma necessidade do País, mas, para além disso, construção de trilhos, um sistema viário sobre trilhos, que é muito mais barato. Esses recursos que nós pegaríamos a partir do não pagamento da dívida pública, poderiam, por exemplo, ser utilizados para isso.

Estou falando aqui de questões que são as mais caras para aqueles que estão fora da sociedade do ponto de vista da integração, de se utilizar dos benefícios que o Estado poderia dar. Então, é preciso haver uma política aí.

É preciso construir e desenvolver a reforma agrária, que, lamentavelmente, foi um dos piores legados que deixou o Governo Dilma. Foi o período de pior índice de assentados que nós tivemos na história do País. Isso é lamentável, nós precisamos rever esse déficit.

Não podemos ter uma linha como a que existe hoje, que é a do investimento no agronegócio, que destrói as plantações, que destrói a terra e não produz para a população pobre, que precisa do seu alimento. Hoje se prioriza a produção da cana e a produção de soja em detrimento da produção agrofamiliar, que vai produzir o alimento que é preciso colocar nas mesas da população nas grandes cidades, sobretudo daqueles que dependem de salário. Então, precisamos rever isso. A reforma agrária é uma necessidade e está incluída também nesse processo de inclusão social.

Mas também a reforma urbana é necessária, é preciso redimensionar e repensar as grandes cidades do País, que não podem ser esse aglomerado de gente na periferia, em situações extremamente precárias, e grandes lotes de apartamentos e condomínios de luxo que vivem cercados e controlados por sistemas de segurança. Nós precisamos rever isso.

Eu entendo também, como o Flávio, que é preciso haver uma reforma política sim, mas uma reforma política que significasse, por exemplo, eliminar o financiamento privado; que fosse proibido o investimento privado em candidaturas; que isso fosse investimento público - só por aí, o financiamento teria de ser público.

Mais que isso: nós entendemos que tem de haver direitos iguais de apresentação em rádio e TV nas disputas, como é na França por exemplo. Não importa que haja 30, 50, 100 Parlamentares no Congresso francês: qualquer partido que tenha a condição de se cacifar de acordo com a legislação para ter uma candidatura a Presidente, por exemplo, ou a Deputado ou a Senador, tem direito igual ao dos demais partidos. Aqui no Brasil, há partidos que são completamente excluídos; ninguém sabe, inclusive, que existem. Por quê? Porque não aparecem na televisão, porque não aparecem no rádio, porque não vão para debates, porque não interessa, inclusive para as oligarquias dominantes, que isso aconteça. Então, esse tema é um tema caro.

Agora, nós não achamos... Eu acho até que outro elemento para arrolar aqui é o que nós estamos vendo hoje, aquele festival de horrores ocorrido na Câmara. Com certeza, o Senador Paim está de acordo comigo quanto àquele festival de horrores que nós vimos na sessão do *impeachment* na Câmara: foi um absurdo! Quem elege os Deputados, os Senadores, os governadores e os prefeitos...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BARELA - ... é o povo, na sua maioria os trabalhadores! E os agradecimentos, para fazer uma farsa como toda aquela que estava lá, eram para a mãe, para o pai, para o tio, para o avô, para o cachorro... Uma coisa absurda! É lamentável um País que é a sétima ou a oitava economia mundial ter Parlamentares desse naipe. Mas isso tem que ver com esse sistema político que nós vivemos no País. Então, é preciso, de fato, uma reforma.

Agora, para terminar, Senador - e agradeço sua generosidade com meu tempo -, isso não vai ser feito com essa turma que aí está. Nós não podemos ter nenhuma ilusão com essa turma que aí está no Congresso, excetuando-se, evidentemente, honrosas representações, como é o caso do Paulo Paim, como eu poderia dizer também dos companheiros do PSOL. Enfim, lamentavelmente, não vai ser com esse Congresso que nós vamos fazer isso.

Então, nós entendemos que essa saída não é uma saída para ser decidida através de legislação ou através do Congresso Nacional, mas, sim, através da mobilização da classe trabalhadora, das organizações da classe trabalhadora.

Por isso, eu quero fechar esta intervenção aqui, Senador, chamando as centrais sindicais de todo o Brasil - a CUT, a CTB, a CSB, que está aqui, CGTB, Força Sindical - a buscarem construir uma unidade para enfrentar essa crise que está aí. É necessário que se construa hoje no Brasil uma organização pela base para, aí, avançar com uma greve geral.

Aí, sim, nós vamos ter condição de sentar à mesa com qualquer um para dizer o que nós queremos fazer, para pressionar quem tem o controle do capital neste País. É isso que nós precisamos fazer. Não há outro jeito para resolver esse problema. Se formos depender de leis vindas deste Congresso Nacional, a situação vai permanecer do jeito que está, porque quem financia os Deputados e os Senadores são aqueles que controlam a riqueza, eles os financiam para que sejam seus serviçais dentro do Congresso para que continuem ganhando e enriquecendo. Essa é a realidade.

Então, nós queremos chamar à responsabilidade as centrais para construírem a mobilização da classe trabalhadora, para construírem uma greve geral, para construírem mobilização e enfrentamento para alcançar esse plano que, nós achamos, pode resolver as necessidades básicas da classe trabalhadora, do povo pobre e daqueles que são oprimidos neste País.

Muito obrigado pelo espaço, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, esse foi o Paulo Barela, membro da Executiva Nacional da CSP - Conlutas, que falou sobre inúmeras questões, como, por exemplo, que a saída é política; falou da dívida pública, que acaba gastando mais de 50% do Orçamento, e que tem que haver uma auditoria; de um plano de obras públicas; da volta do sistema, ou do avançar do sistema, sobre trilhos; da reforma política, com a qual também concordo e tenho defendido muito.

Temos, de fato, que fazer uma reforma política, mas não é com este Congresso nem com o Congresso Nacional eleito em 2018 - se não tivermos uma reforma política antes -, porque eles vão olhar para o seu umbigo e vai acontecer o que acontece hoje. Não é só pelo resultado, não é querer falar sobre este ou aquele resultado, não é pontual, é sobre o Congresso que está aí. Por isso, a reforma política nunca saiu. Enfim, vamos torcer para que aconteça de fato, inclusive fazendo com que passe por um plebiscito o resultado da elaboração de uma constituinte temática exclusiva, como eu chamaria.

Muito bem, agora vamos ao Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sr. Clemente Ganz Lúcio.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO - Bom dia, Senador Paim - obrigado pelo convite ao Dieese -, centrais sindicais, entidades empresariais aqui presentes - é um prazer estar aqui também compartilhando esta Mesa com o José Velloso; o Luís Fernando, da CBIC; o Calixto, da Nova Central; o Flávio, da CSB; e o Barela, da CSP-Conlutas -, ouvintes, telespectadores que nos acompanham neste debate.

Eu queria iniciar refletindo um pouco sobre o diagnóstico do problema e tentar identificar algumas diretrizes para enfrentar o problema do crescimento e, no caso, da geração de emprego.

Nós entendemos que a nossa tarefa é organizar a economia para gerar bem-estar e qualidade de vida para todos, esse é o fundamento da nossa concepção de desenvolvimento econômico. E nós entendemos que um ativo estruturante dessa estratégia é a geração de emprego e a sua sustentação.

Quando uma economia apresenta o que ela apresenta agora, que é um ritmo numa intensidade extremamente elevada de destruição de postos de trabalho, ela, na verdade, manifesta um grave problema, manifesta uma grave dificuldade de sustentar uma dinâmica econômica capaz de gerar bem-estar e qualidade de vida para todos.

É importante que consigamos entender por que isso acontece para que possamos identificar quais são as estratégias que poderiam colocar o País numa trajetória de retomada do crescimento.

O destaque, talvez, desse diagnóstico é que fizemos no País um processo de pisar no freio, pisar em vários freios ao mesmo tempo, talvez desconsiderando que um grave freio tinha sido acionado na economia do mundo desde meados da década passada, mais gravemente apertado em 2008 e, desde então, a economia mundial sofre para tentar tirar a pressão sobre o freio, mas não consegue fazê-lo. Portanto, nós temos uma restrição mundial muito grave ao crescimento, e não é uma restrição conjuntural, é uma restrição estrutural, uma restrição que o capitalismo vive e não sabe como se desfazer dela neste momento.

Sobre essa restrição, internamente, colocamos vários freios simultaneamente na economia interna, o que leva à situação de uma desaceleração econômica, que foi violentamente travada por uma crise política sem precedentes. A crise política é como uma puxada de freio de mão, e a economia dá o cavalo de pau final. O que nós estamos vivendo neste último ano e meio é quase que uma passagem do estado de recessão para um estado de depressão econômica, sem sinalização nenhuma de saída política para a crise econômica. De outro lado, os freios acionados na economia impedem que a saída econômica gere folga política, e nós temos uma imbricação entre crise econômica e crise política sem perspectiva de saída no curto prazo.

Se nós olharmos para a história, nós poderemos identificar que todas as economias acham uma saída para suas crises, a história do capitalismo mostra que ele acha saída para as crises. Infelizmente, essas saídas têm um custo social muito

elevado. O custo social vivido pelas respectivas sociedades é manifestado através de uma taxa de desemprego alta, que desmobiliza uma série de ativos que foram construídos ao longo do tempo em cada uma das sociedades em relação ao bem-estar e à qualidade de vida. A destruição dos postos de trabalho, na verdade, é a destruição do ativo que permite ao trabalhador a construção, para ele e sua família, de um conjunto de elementos básicos para financiar o bem-estar e a qualidade de vida no âmbito privado. O crescimento econômico gera a capacidade fiscal para os Estados gerarem os bens públicos que geram bem-estar e qualidade de vida para todos. Então, temos neste momento uma situação de travamento econômico estrutural, que exigirá de toda a sociedade escolhas que não são simples.

A partir desse diagnóstico, as centrais sindicais, no final do ano passado, em novembro, tomaram uma decisão - seis centrais sindicais: a CSB e a Nova Central, que estão nesta mesa, a CUT, a Nova Central, a Força Sindical, a UGT e a CTB.

Essas seis centrais sindicais, que hoje participam dos espaços institucionais formais, demandaram ao Dieese um apoio para construir uma interlocução com o setor empresarial produtivo visando identificar se haveria algum espaço de convergência no sentido do enfrentamento da crise.

Foram 15 dias de conversas e diálogos entre as centrais sindicais. Várias entidades empresariais - inclusive a CBIC e a Abimaq, que fazem parte desta Mesa - participaram desse diálogo e se construiu um documento chamado Compromisso pelo Desenvolvimento. Esse Compromisso foi lançado no dia 3 de dezembro e dele consta um objetivo, que é a retomada e a sustentação, ou uma transição para a retomada, do crescimento econômico.

A construção dessa estratégia de retomada do crescimento econômico passaria por sete diretrizes básicas, que foram as que o Calixto apresentou no início da sua exposição, sete diretrizes para a retomada do crescimento. São sete diretrizes que vêm da convergência entre o setor empresarial e o setor sindical - parte do setor empresarial e parte do setor sindical -, que entendem que existem perspectivas claras para retomada do crescimento econômico se tivermos iniciativas como as que o Calixto já resgatou e que vários, tanto o Luís quanto o José Velloso, destacaram - depois, o Flávio e o próprio Barela retomaram outros aspectos que fazem parte também dessas mesmas diretrizes.

O que é importante compreendermos, talvez para que tenhamos clareza sobre o papel de um espaço de negociação como esse que realizamos entre capital e trabalho, no âmbito da representação empresarial do setor produtivo e das centrais sindicais, é que, primeiro, precisamos construir um entendimento sobre desenvolvimento produtivo, e isso significa claramente que a sociedade brasileira tem que colocar limites à dimensão financeira do nosso desenvolvimento. É urgente e necessário um tratamento adequado da dívida pública, não só no seu montante, mas principalmente no custo da dívida.

Somos um país que remunera de forma extorsiva aqueles que financiam o Estado brasileiro por meio da dívida pública, extorsiva porque não há sociedade que seja capaz de transferir o volume de recursos que nós transferimos sob a forma de juros, motivo pelo qual o Barela, de forma bastante adequada, diz que é preciso uma auditoria. Não existe, em relação a essa dívida, uma contrapartida de capacidade produtiva.

Quando um Estado se endivida e toma empréstimo da sociedade, ele toma esse empréstimo para construir ativos que gerem a ampliação da capacidade produtiva dessa sociedade. Ampliando a capacidade produtiva, o Estado arrecada mais impostos e pode ressarcir aqueles que emprestaram. Nós temos um problema estrutural em relação à dívida pública, porque ela, hoje, transfere um volume de recursos que impede que o Estado brasileiro tenha capacidade fiscal de fazer parte daquilo que é necessário - aquilo que foi destacado aqui, especialmente algo que seja convergente do ponto de vista da prioridade, que é o investimento, especialmente o investimento em infraestrutura econômica e social.

Mas nós também precisamos olhar para uma regulação que seja capaz de oferecer crédito ao investimento e ao consumo. Nós somos um país esquisito, Paim, um país no qual a propaganda deveria ser "pague dois e leve um". Nós somos um dos poucos países capazes de oferecer uma grande oportunidade de negócio na qual o consumidor não sabe que ele paga dois produtos e leva um. Bom, essa estratégia de financiamento do consumo, evidentemente, inibe a capacidade de consumo de uma sociedade que tem carências enormes e que, por meio do seu salário e do seu trabalho, teria capacidade de estruturar outra estratégia de financiamento com o rebatimento sobre o setor produtivo, porque aumentaria a demanda e, portanto, a oferta que o setor produtivo poderia fazer.

Nós temos um setor financeiro que oferece crédito ao setor produtivo com taxas também extorsivas. Portanto, não é só o consumidor final: também o empresário que quer investir paga taxas extremamente elevadas, seja para capital de giro, seja para investimento.

Para enfrentar isso, nós fortalecemos o BNDES para tentar oferecer uma alternativa ao setor empresarial. E o setor financeiro reclama que o BNDES oferece crédito em condições mais vantajosas ao setor privado. Se não tivéssemos isso, talvez não teríamos nem um pedacinho da indústria que ainda resta, por exemplo.

Então, ou fazemos um enfrentamento estrutural - capital e trabalho - em relação ao setor financeiro, ou não teremos chances de colocar a nossa economia com base em uma estratégia produtiva.

E por que é importante uma estratégia produtiva, Paim? Porque esta economia, como disse o Barela, é a sexta, sétima, oitava maior economia do Planeta. Nós somos um dos países que têm no seu território os mais diversificados ativos naturais para o desenvolvimento da base produtiva. Temos um continente como base territorial. Temos 200 milhões de brasileiros que precisam, pela desigualdade criada, de uma oportunidade para fazer do seu consumo a base do nosso desenvolvimento produtivo. Temos carência em infraestrutura em todas as áreas, o que abre uma frente de expansão produtiva no setor da construção e de tudo aquilo que o Calixto levantou de base de produção para essa economia fantástica. Temos ativos naturais que permitem a este País oferecer para o mundo uma base produtiva ecologicamente sustentável. Temos ciência, temos tecnologia, temos universidades. Nós temos inúmeros ativos que fazem do Brasil um país com capacidade enorme de fazer a sua base de desenvolvimento estar assentada sobre uma base produtiva. Temos capacidade política de transformar a nossa desigualdade em uma oportunidade, por tudo aquilo que essa desigualdade gera de possibilidades de mudança. E, nesses últimos 10, 15 anos, nós vimos a força, os impactos que pequenas ações têm sobre a capacidade de consumo da sociedade.

O Bolsa Família, talvez, seja o exemplo mais simples de quanto uma pequena quantidade de reais colocada nas mãos dos mais pobres engendra de capacidade de consumo e de capacidade produtiva. Não foi à toa que as Regiões Norte e Nordeste tiveram as maiores taxas de crescimento no setor de comércio e serviços. Não foi à toa que as empresas multinacionais montaram estratégias específicas de *marketing* para atender a demanda dessa população. Isso aconteceu porque essa população passou a consumir, e cada real na mão dessas pessoas se transforma em um real de consumo, em um real de demanda.

É radicalmente diferente das transferências extorsivas feitas pelo setor financeiro para os rentistas. Cada real transferido para essa população é esterilizado na economia interna ou externamente, e parte dela de forma ilegal - como as denúncias, inúmeras, vistas no Planeta todo, sobre os trilhões depositados de forma ilegal nos paraísos fiscais.

(Soa a campanha.)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO - Se nós queremos ter uma estratégia de desenvolvimento econômico, precisamos nos pôr de acordo sobre algumas coisas, e uma delas é que precisamos ter capacidade de financiamento de uma base de expansão produtiva.

Investimento é estruturalmente mobilizado pelo recurso público. Não há experiência no capitalismo que demonstre que as sociedades fizeram investimento - investimento produtivo, como o Luís Fernando e o próprio Velloso destacaram - sem que o Estado tivesse uma iniciativa determinante.

O investimento do capital privado vem associado ao investimento público. Por isso, é fundamental que uma reorganização fiscal ofereça ao Estado brasileiro condições de fazer investimentos em infraestrutura social e econômica de maneira permanente, que tenhamos esse investimento mobilizado, com a participação do capital privado, que tenhamos formas de regulação do interesse público sobre todos esses investimentos. Isso é determinante.

As duas últimas dimensões que considero fundamental destacar neste debate é que nós não podemos cair numa falsa dicotomia de que não temos mais necessidade, nem temos mais o *driver* do consumo interno como dinamizador da nossa economia.

Primeiro, essa história de que a economia brasileira é uma economia de serviços é uma grande balela. Não há nenhum serviço que não tenha uma base material que o sustente. Todos os serviços, sem exceção, são serviços assentados sobre uma base material. E quem domina a base material, o conhecimento, a tecnologia dessa base material é quem domina o serviço.

Portanto, se nós temos uma economia que se expande em serviço... E é verdade: 80% a 85% da população já vive na cidade, em espaço urbano. O espaço urbano é um espaço de crescimento enorme de serviço. Tudo isso é verdade.

As economias que crescem com serviço com incremento de produtividade são as economias que dominam a base de produção material, o que significa indústria - indústria na agricultura, indústria no comércio, indústria no serviço, indústria no setor público.

Portanto, essa dicotomia entre indústria e serviço e entre indústria e agricultura é uma dicotomia que não nos ajuda a entender o que está acontecendo. E querem nos enganar dizendo que o serviço é algo dissociado, mas não é. Portanto, uma economia do tamanho da do Brasil precisa ter uma indústria dinâmica, capaz de articular com o setor de serviço e com o incremento de produtividade. Essa indústria passará a fazer isso, se tiver demanda. E demanda significa emprego

e salário e população com capacidade de consumir. E essa população tem uma demanda enorme de consumo, porque há déficits estruturais. O Luís levantou um, que é a habitação.

Ora, é evidente que a habitação é um grande espaço de incremento, que traz sobre ela uma série de serviços públicos. Mas tudo isso precisa ter renda, emprego.

A terceira dimensão, que é fundamental e de que não podemos nos esquecer, é que quem faz a demanda e a sustenta, em grande medida, é o próprio setor público, seja consumindo aquilo que consome por operar, seja garantindo os investimentos. Não há empresário no mundo que invista se não houver demanda.

Ora, se nós temos como estratégia destruir a demanda, estamos destruindo a confiança do setor empresarial para investir. Além das regras que todos falam, além da segurança jurídica, que é tudo perfeito do ponto de vista do nosso debate, muitas vezes nós nos esquecemos de dizer que o estruturante de tudo isso é a demanda. E a demanda se chama emprego, chama-se capacidade fiscal do Estado em investir, chama-se capacidade fiscal do Estado em sustentar políticas públicas, porque parte dos empregos é financiado pelo setor público e garante serviços com empregos públicos.

Então, a sustentação da demanda é fundamental. E nós, muitas vezes, nos esquecemos de fazer essa dimensão.

E, por fim, a retomada do emprego exige de todos nós um entendimento de que o emprego será gerado se tivermos perspectivas de média e longo prazo para a economia. Essas perspectivas significam regras claras, regras pactuadas na sociedade...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO - ... e regras que permitam promover essas dimensões simultaneamente.

O que nós estamos vivendo, e talvez a experiência de novembro e dezembro mostre isto, é que, se nós continuarmos interditando o debate sobre as difíceis escolhas que precisamos fazer na sociedade brasileira, poderemos alongar a crise política. E essa crise política tem bases econômicas reais. Uma delas é que a sociedade brasileira, sem saber, revela que não conseguirá mantendo o nível de transferência da sua base produtiva para uma parcela muito pequena da sociedade. Sociedades como a nossa precisam ter muito mais equidade tributária, e é impossível manter uma equidade tributária se o Estado brasileiro é obrigado a arrecadar de forma violenta e transferir de forma iníqua o que transfere de riqueza gerada na base produtiva para um conjunto muito pequeno de pessoas que vivem com uma renda extorsiva sobre essa base de riqueza. Nós precisamos nos reorganizar. Não é simples. Países que enfrentaram o problema da dívida pública como a nossa o fizeram depois de duas grandes guerras no mundo: a Primeira e a Segunda. Depois da Segunda Guerra, nós não tivemos nenhuma experiência, em nenhum país do mundo, que enfrentasse o problema de dívida pública como nós temos de forma pacífica.

O livro do Piketty, recentemente lançado, na verdade é um livro que ganha a importância que ganhou, por um lado, porque destaca a grave desigualdade que existe nas economias desenvolvidas. E o que é dramático nas conclusões que poucos destacam é que ele vai, novamente, tentar demonstrar que as sociedades não conseguem enfrentar o problema das suas dívidas públicas. E, no caso brasileiro, nós conseguimos, Paim, diferentemente de outros países, criar mecanismos extremamente sofisticados de defesa da remuneração da dívida pública. Nós somos um dos poucos países que remuneram a aplicação no *overnight* com taxas de juros superiores a taxas de juros de longo prazo. Ninguém ganha com tanta facilidade tanto dinheiro como aqui, porque nós criamos mecanismos poderosos dos rentistas em relação à dívida pública. Isso exigirá, do Congresso Nacional, da Presidência, dos governadores, dos prefeitos, das classes políticas, do setor empresarial, entendimentos muito difíceis de serem realizados. Caso contrário, o que nós observaremos no nosso debate público é que os cortes no orçamento, que os ajustes fiscais que se realizam no orçamento público são cortes e ajustes os mais perversos para a estratégia de crescimento.

O nosso primeiro corte foi um violento corte no investimento, que é o corte mais estúpido que pode existir. É pior do que cortar em saúde e em educação, porque o corte do investimento significa que você está dizendo, no segundo momento, que você cortará em saúde e em educação de forma estrutural. É por isto que ele é estúpido, porque inviabiliza a capacidade de o Estado financiar a saúde e a educação. Você corta saúde e educação sem dizer para a sociedade que está inviabilizando a capacidade do Estado de financiar saúde e educação.

E a segunda parte do corte que é feito, que é o que nós já vamos começar a viver, é o resultado desse processo naquilo que fora apresentado nos gráficos: a abrupta queda na receita, que levará o debate público novamente a cortar salário de servidor, saúde, educação e Previdência, porque são as quatro maiores contas depois do gasto com juro. Mas ninguém discute. Aliás, é um pressuposto de que tudo isso será feito para garantir o pagamento regular e diário do custo da dívida pública.

Essa mudança é uma mudança política. Por que as centrais procuraram o setor empresarial? Porque nós acreditamos que capital e trabalho podem fazer escolhas diferentes. Não serão fáceis, mas, se nós não tivermos algum nível de aliança, nós não conseguiremos fazer essas mudanças. Talvez morramos juntos, mas precisamos tomar decisões mais rápidas. E, sem dúvida, aqui, nesta Casa, no Senado e na Câmara, esse debate tem que repercutir com medidas capazes de dar sustentação política a muitas dessas iniciativas, sem as quais nós não sustentaremos o crescimento. Sem crescimento, não teremos emprego; sem emprego, estaremos fadados a permanecer nessa iniquidade e, provavelmente, mantendo as desigualdades, de forma dramática, presentes em nossa sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Clemente Ganz Lúcio, Diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o nosso querido Dieese!

Eu não vou tentar sintetizar porque não vou conseguir, pelo brilhantismo da sua palestra, mas vou fazer um apelo muito grande para você nos deixar por escrito aqui todas as ponderações, as sugestões, inclusive esses sete pontos que o Calixto também falou e você enfatizou. Seria muito importante.

Veio aqui, pelo celular, na hora em que eu estava atendendo, uma sugestão para nós pedirmos uma auditoria da dívida pública para sabermos exatamente como nós estamos e por que estamos nessa situação, já que aqui diversos painelistas falaram da questão da dívida pública.

Eu quero cumprimentar todos pela forma equilibrada, tranquila como aqui colocaram o assunto. Confesso que fiquei um minuto aqui no telefone e percebi - não sei por que - que parece que não gostamos de um debate qualificado, que gostamos quando é agitação, quando é xingação. Houve um momento em que a TV saiu do ar, e eu não quis saber por que saiu do ar. Será que não aceitam um debate qualificado como este, no qual empresários e representantes de trabalhadores e do Dieese falam com a sociedade brasileira da importância de encontrar saídas para a crise? Não entendi. Foi a primeira vez que aconteceu na segunda-feira pela manhã.

Eu reclamei mesmo. Todo mundo sabe que eu sou muito franco e que falo aquilo que penso. Acho um absurdo! Acho que é um desrespeito para com esta Comissão e com o próprio povo brasileiro a atitude tomada, não sei porque, mas voltou depois. Pelo menos, quero acreditar que voltou. É lamentável que questões como esta aconteçam aqui, no Senado.

Não deixa de ser uma discriminação com a Comissão, porque aqui tratamos de direitos humanos, e muito pouca gente pensa em direitos humanos. Mas eu estou muito feliz aqui com os meus convidados, pela forma equilibrada e tranquila com que provocaram o debate.

Ainda vou, como sempre faço, perguntar ao plenário se alguém, se algum convidado quer fazer alguma consideração; se não, voltamos para a Mesa para as considerações finais.

Mas fica aqui a minha indignação. Claro que eu vou ver porque isso aconteceu. E foi em um momento de mais brilho desta Comissão, de um tema como este. Ninguém estava discutindo aqui se há *impeachment*, se não há *impeachment*, se há golpe de um lado, se há golpe do outro, quem dá o golpe, quem não dá; nós estamos discutindo saídas para a economia. Quem pode explicar - não sei se é a Virgínia ou quem é - porque simplesmente tirou do ar?

Eu pedi uma reunião ao meio-dia e espero que a façamos, porque eu sou, nesta Casa, o Senador que mais colabora com os funcionários, de ponta a ponta, inclusive com o sistema de comunicação daqui, do Senado, e vocês sabem disso.

Segunda-feira, pela manhã - é tradicional, eu estou nesta Comissão há mais de dois anos -, a reunião sempre começa entre 9h e 9h30, e a transmissão é direta. Não foi do tempo, mas houve um corte aqui, e eu queria saber por que houve o corte. Se foi um erro técnico, eu entendo, mas, se for político, é lamentável, porque é uma discriminação e um desrespeito para com os convidados desta Comissão.

Pergunto se, do plenário, alguém gostaria de fazer alguma colocação.

O SR. ERNESTO PEREIRA - Eu quero.

Meu nome é Ernesto e sou assessor da Presidência da CSB.

A crise é permanente. Se observarmos as propostas que estão sendo feitas neste momento para solucioná-la, ela vai continuar por muitos anos. Infelizmente, esse é um diagnóstico que eu coloco com muito propriedade, porque se algumas caixas-pretas não forem abertas, ela vai continuar. A primeira é a da dívida pública. São um verdadeiro assalto, uma verdadeira extorsão ao Estado brasileiro, à população, os níveis de remuneração desta dívida. Se for feita uma auditoria sobre ela, ela não se sustenta. Quem perde com isso? A Nação. Perde o setor produtivo, que está morrendo, perdem os trabalhadores... O setor produtivo vem pra cima dos trabalhadores querendo acabar com os direitos sociais, achando que é isso que vai gerar emprego e renda no País, quando, na realidade, isso não acontece... Ou seja, o setor financeiro é muito ardil. Ele joga muito, quer dizer, ele joga para matar, e joga para matar o setor produtivo e os trabalhadores.

A quem interessa que o setor produtivo funcione com toda a propriedade? Aos trabalhadores e, evidentemente, aos setores produtivos, que alimentam o Estado para que ele transforme isso em bem-estar social. Estamos, na realidade, jogando uns contra os outros porque... E é o setor produtivo nacional.

Se formos fazer um estudo, hoje, no setor produtivo brasileiro, sobre quem detém maior parte do setor produtivo, se são as multinacionais ou o setor produtivo nacional, o setor produtivo nacional está morrendo. A relação do setor produtivo nacional com o capital estrangeiro está entre a corda e o enforcado. O setor produtivo nacional é o enforcado, e já deve ter percebido isso. Evidentemente, não estamos falando aqui contra os investimentos estrangeiros, mas é uma falácia também dizer que os investimentos estrangeiros, que o capital especulativo vai gerar produção, vai gerar renda no País. Isso não é verdade. Está rolando há mais de 30 anos e não se consuma. Isso é irreal. Outra coisa, dizer que ele vai se desenvolver sem observar a demanda da sua população, do seu povo, também não vai se resolver. Evidentemente, tem que haver construção no mercado interno.

Qual é a grande briga, hoje, no capitalismo mundial? É pelos mercados. E o nosso é muito cobiçado. Será que o setor produtivo ainda não percebeu que o nosso é cobiçado pelo capital estrangeiro, pelos chineses, pelos americanos, pelos franceses? Ou seja, essa é uma discussão que está colocada na ordem do dia. A crise do capitalismo é mundial. O capitalismo não sobrevive mais sem o Estado. Ou sobrevive? Nem nos Estados Unidos sobreviveu! Em 2008, teve que ter dinheiro do Estado para poder sobreviver. Ou será que ninguém está vendo isso?

Então, essa discussão sobre a dívida pública é uma discussão proibida no Brasil. É proibida, e não sei por quê. Enquanto ela não for enfrentada, vamos continuar, na linguagem popular da fábrica, levando ferro porque é o que acontece. O Estado quebra! O Estado brasileiro, como estão querendo colocar, não é grande. É pequeno. A nossa necessidade de mais professores, mais médicos, ou seja, de mais bem-estar para a população é cada vez maior, a partir do momento que a população cresce. Se é assim, como ainda vão cortar, vão fazer um trabalho inverso de cortar direitos, de cortar bem-estar social? Ou seja, essa questão da dívida...

Outra caixa-preta é a remessa de lucros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Resta um minuto.

O SR. ERNESTO PEREIRA - Acho que o Dieese precisa ver como nos apresenta, como é essa questão da remessa de lucro. Outra, evidentemente, é a reforma tributária. Agora, reforma tributária para rico e para quem tem mais pagar imposto. Acho que o setor produtivo precisa ser desonerado, aliás, precisa ser protegido. O nosso setor produtivo nacional precisa ser produtivo nacional, porque não há condições de luta de igualdade com o setor produtivo estrangeiro. Então, ele tem que ter um nível de proteção. É evidente.

Sem observar essas três questões, não conseguiremos sair dessa crise. Ela vai ser permanente. Ela vem e volta: ela dá um arrocho, aperta, damos uma segurada e ela volta de novo. Ou seja, não tem solução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Só vou ter que encerrar porque são cinco minutos para cada um. De minha parte, não tem censura. Se tiver censura, é da parte daquele aparelho que corta de vez em quando, mas de minha parte não há. Aqui, não tinha também. Eu não sei... Será que foi... Não vão querer que eu culpe o novo Vice-Presidente. Eu não farei isso. Não vou achar que ele falou "olha, censura, de hoje em diante, a TV do Senado nas audiências". Não farei isso porque seria desonesto de minha parte. Isso deve ter sido algum problema interno.

Mais algum convidado?

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES - Eu gostaria.

Na exposição do Sr. José Velloso, ele colocou como um dos pontos a questão dos juros. O que, normalmente, a gente vê no debate é que não há um aprofundamento da questão de como se desarmar essa armadilha da questão dos juros no Brasil. Eu acho que é difícil pensar para a frente se a gente não repensar essa questão do dinheiro que se destina ao setor financeiro. Eu acho que o setor produtivo e os trabalhadores chegam a um ponto em que não há muita saída.

E a gente vê se falar muito pouco disso. Quem fala mais, normalmente, são os trabalhadores, que falam sobre essa questão de mais de 40% você destinar a pagamento de juros. Então, pergunto se há algum tipo de sugestão para se desarmar esse tipo de armadilha que tem hoje tanto para o setor produtivo quanto para os trabalhadores, porque a gente vê sobre a legislação trabalhista, a gente vê sobre a reforma tributária, e os juros são apenas citados.

Então, eu queria saber do setor produtivo se há algum tipo de sugestão, não estou dizendo nem proposta, em relação a se desarmar essa questão dos juros. Pergunto como se poderia pensar, em médio e longo prazo, em esse dinheiro ser revertido

para - eu acho que foi falado - a questão de saneamento básico, por exemplo, e o impacto que há na saúde. E você gera emprego, o setor produtivo, todo mundo ganha com o saneamento básico. E a gente vê que, muitas vezes, não é feito.

Então, qual a sugestão de vocês em relação a desarmar essa armadilha dos juros?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Nas considerações finais, quem entender que pode responder, responda. Eu vou dar o tempo necessário.

Mais alguém do plenário, por favor? É bom dizer o nome, para ficar nos anais.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO - Senador, meu nome é Milton Rondó e sou do Itamaraty.

A gente já havia feito uma discussão com o Dieese em algum momento. Nós fizemos, em 2010 - eu acho - um levantamento com as nossas embaixadas e vimos que o centro da inflação, em 90% dos países, são os preços dos alimentos no caso do Brasil também. É assim em grandes países, grandes produtores de alimentos, inclusive, como o Brasil, Rússia, Argentina, etc, porque há toda a questão de que os preços das *commodities* não são determinados por nós.

O que a gente vê, na verdade, quando a gente vai ver o preço por produtor, que o produto não está sendo tão remunerado assim. Provavelmente, esse segmento que a gente chama de inflaciogênico estaria na distribuição. No caso do Brasil, isso é notório, a distribuição é extramente concentrada: 50% do varejo está nas mãos dos supermercados, e três grandes redes estrangeiras, inclusive, têm 77% do segmento.

A pergunta é: a gente tem condições de medir isso no Brasil? Quer dizer, em que medida a democratização do varejo, que está sendo feita em vários Municípios - Curitiba, Caldas, Caruaru, Jundiá, enfim... A gente tem vários Municípios fazendo a democratização no varejo de alimentos. Você acha que pode haver um impacto positivo e desarmar esse argumento de que os juros têm que ser altos assim para tentar conter a inflação dos alimentos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem!

Vamos voltar à Mesa. Eu vou, agora, inverter: os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos.

Eu passo a palavra, de imediato, ao Diretor Técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, para que ele faça as suas considerações finais em, no máximo, cinco minutos.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO - Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Só quero lembrar que quem falou antes pelo Dieese foi a Lilian, do plenário.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO - Em relação à questão do financiamento, dos juros, do gasto em relação à dívida pública... Em relação à dívida pública, parece-me que precisamos desmontar a engrenagem Selic/Dívida Pública. O Brasil precisa ter instrumentos adequados para executar a política monetária desarticulados do financiamento e da remuneração da dívida pública. Esse, inclusive, é um dos motivos pelo qual a potência da nossa política monetária é pequena perto do que é a potência da política monetária em outros países.

Se vocês observarem, verão que, para conseguirmos mudar a trajetória da inflação brasileira, precisamos de uma potência dez vezes maior na taxa de juros brasileira do que é preciso em outros países. Meio ponto percentual de mudança na curva de juros em outros países tem um efeito, talvez, semelhante a cinco pontos percentuais na taxa de juros básica da nossa economia. Um dos motivos é porque a engrenagem financiamento da dívida, remuneração da dívida e Selic funciona de forma a neutralizar o efeito da política monetária. Enquanto a política monetária deveria diminuir os ganhos, a política monetária aumenta e eleva os ganhos. Ela é profundamente contraditória. Então, um dos mecanismos é desmontar.

O segundo mecanismo que precisamos ter claro entre nós, no debate, é que não deveria caber, como cabe hoje, ao Banco Central usar a política cambial como política de controle da inflação. A política cambial deveria ser gerida em outro espaço, no Executivo ou no Ministério da Fazenda, não sob a responsabilidade do Banco Central. Está errado! Portanto, temos de fazer esse debate. Ela está errada. A política cambial é uma política de desenvolvimento produtivo.

O terceiro fator é que as causas da inflação brasileira são diversas. Uma delas, que foi apontada aqui, é a indexação da nossa economia. Nós precisamos desmontar a indexação da economia brasileira. Mas ela não é suficiente. Há vários outros fatores que comprometem o comportamento dos preços. Um deles é a profunda desigualdade econômica. Nós não superaremos essa desigualdade econômica com uma taxa de inflação muito próxima à dos países desenvolvidos, porque é necessário recepcionar mudanças nos preços relativos a uma economia em transformação. Então, uma taxa, em média, de meta de inflação de 4%, 4,5% ou 5% é bastante razoável para uma economia que precisa fazer as mudanças que precisamos fazer.

Agora, o que fizemos no ano passado é uma loucura! Fizemos, simultaneamente, uma pressão sobre o serviço, que já vinha, um choque cambial importante, e, ao mesmo tempo, uma recomposição de preços administrados alucinante! Fizemos isso simultaneamente, o que já seria, por si só, extremamente grave para a economia absorver. Sobre isso, fizemos uma política monetária alucinante de colocar um freio na economia para controlar isso, numa economia que já tinha um freio enorme, a Operação Lava Jato, travando todo o setor da construção. Continuamos colocando freios na economia, tudo ao mesmo tempo. Deu no que deu.

No caso dos alimentos, é evidente que temos de ter alternativas...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Um minuto.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO - ... que nos permitam gerar oportunidades para que as famílias tenham acesso a alimentos de qualidade com menores preços. E nós sabemos que um dos graves problemas na política do abastecimento nas cidades é o chamado atravessador, que fica com parte grande da rentabilidade da produção - no geral, da agricultura familiar, que não recebe pela produção que fez -, com produto caro para o consumidor. Esse chamado atravessador requer da política pública meios que permitam que esse produto chegue em condições de preços adequados. É evidente que essa política é uma grande política de renda, porque, se ela oferece preços mais baratos, o salário, o poder de compra dos salários cresce.

Portanto, são iniciativas como essa que podem convergir, por exemplo, para termos, no médio e longo prazo, uma economia equilibrada seja no consumo, seja na produção, mas são mudanças estruturais que exigem sempre da política pública uma participação ativa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Clemente Ganz Lúcio, que falou pelo Dieese!

Estou pedindo cópia da palestra. Depois, a Lilian me consegue.

Passo, de imediato, ao líder Paulo Barela, Diretor da Executiva Nacional da Conlutas.

O SR. PAULO BARELA - Bem, o debate é, digamos assim, de uma relevância extremamente importante, ainda mais nesta situação em que nós vivemos no País. Agora, as saídas, infelizmente, que se apresentam hoje não resolvem o problema da maioria das pessoas que vivem neste País.

A saída da crise para o capitalista é sempre a imposição de ajustes fiscais, de modificações na legislação ou medidas que significam retirada de direitos dos trabalhadores. Bom, falar isso pode até ser lugar comum, mas é bom verificar as estatísticas. Nós vamos ver que é exatamente isso que acontece.

O debate que está acontecendo hoje pelo Governo interino do Temer é justamente um ajuste fiscal que significa mexer na Previdência e, portanto, retirar direitos, que, na verdade, seria uma sequência da própria política que foi apresentada pela Presidente Dilma, lamentavelmente, dos servidores públicos, dos aposentados, das viúvas, que já foram penalizadas pelas MPs 664 e 665, que viraram lei. As saídas são essas.

Evidentemente, em situações de crise grave como essa, ao capital não basta atacar os interesses dos trabalhadores para tentar reduzir o seu custo e manter a sua lucratividade, mas precisa fazer queima de ativos. E aí o Clemente tem razão quando se discute o problema da transferência de renda que sai, por exemplo, do setor produtivo para o setor financeiro, porque é a forma autofágica de o capitalismo sobreviver em momentos como esse. Os bancos não aceitam perder. Bom, então, nesse caso, que morra o setor produtivo, independentemente se com ele milhares, milhões de pessoas ficam desempregadas, sem condição de sobrevivência.

A política que se adota, inclusive, nessa fase imperialista do capital, digamos assim, em que há um controle muito grande das grandes empresas multinacionais e do sistema financeiro multinacional sobre as economias dos países é exatamente essa. A saída é "eu vou preservar a lucratividade dos bancos", e importa-se se houver queima de artigos no setor produtivo. Essa é a política adotada.

Nós achamos e queremos reafirmar aqui que a saída é outra. A saída é a taxaço das grandes fortunas. A saída é desenvolver um plano de obras públicas, que, como falei anteriormente, se construam hospitais, universidades, casas populares, o que vai dar emprego, vai gerar emprego de fato. Transferência objetiva daqueles que controlam o capital para quem não tem sequer condição de sobrevivência.

Agora, evidentemente, são medidas drásticas, porque levariam à garantia do salário, à garantia do emprego, salário digno, aplicação em políticas públicas... Mas o sistema financeiro teria, digamos assim, que contribuir com isso. E, para contribuir

com isso, a primeira medida que qualquer governo sério que queira garantir a estrutura de funcionamento do País e o desenvolvimento dele é dizer não pagamento da dívida pública...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Um minuto.

O SR. PAULO BARELA - ..., que se suspenda o pagamento da dívida pública.

Eu não preciso ter, nós não precisamos, qualquer um aqui que esteja nesta sala não precisa ter elaboração técnica para saber que nós não devemos essa dívida toda que está aí. Não devemos. Façamos uma auditoria, então, na dívida pública. Qual o problema, qual o medo de se fazer uma auditoria na dívida pública? Qual é o receio? Por que não se quer fazer? Por que que esta Casa aqui, por exemplo, não aprovou criar a comissão e desenvolver todo o projeto, como foi feito, por exemplo, no Equador? Não é que nós achemos que resolva apenas o não pagamento da dívida pública, mas isso é um passo importante e mais do que necessário, porque é uma coisa absurda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Concluindo, Paulo.

O SR. PAULO BARELA - É uma violência contra a Nação o pagamento da dívida pública. É simplesmente uma violência.

Para finalizar, Senador, eu só queria falar também, rapidamente, em 30 segundos, sobre o problema do abastecimento e o problema da inflação dos alimentos, que é a maior penalização para a classe trabalhadora, que depende de salário, e salários, muitas vezes, em situações de crise, extremamente rebaixados.

Aqui tem que entrar a mão do Estado também. Tem que haver uma política de abastecimento que passe pelo Estado e elimine os atravessadores, porque esses são os que ganham com essa transferência.

E, mais que isso, para além disso, para finalizar mesmo a minha fala aqui, é uma política de investimento no pequeno produtor rural. Ao invés de investir no agronegócio, que detona com a terra, que se invista em alimentos, que se invista na agricultura familiar, porque nós temos milhares, milhões de trabalhadores aí com disposição de produzir alimentos saudáveis para atendimento à população. Agora, é preciso ter política para isso, e, infelizmente, não existe política para isso no Estado brasileiro.

Obrigado pela cessão do espaço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, Paulo Varela, dirigente...

O SR. PAULO BARELA - Novamente, quero agradecer ao Senador Paim, que tem sido um baluarte aqui para discussão de políticas públicas, para discussão de saídas contra as desigualdades que nós vivemos neste País.

Um abraço, Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - E vamos continuar, queiram ou não queiram.

Pode ser que, como a gente agora vai para a oposição, o pessoal que era e não concordou talvez queira tirar esse espaço, mas não vai tirar. Não vão tirar. Não importa se sou da oposição ou da situação, meu papel aqui é mediar os debates, e não importa se aqueles que falam aqui têm uma visão de oposição ou de situação.

Agora, agradecendo ao Paulo Barela, mais uma vez, que falou pelo Conlutas, passo a palavra ao Flávio Werneck Meneghelli, que fala pela Central dos Sindicatos Brasileiros.

O SR. FLÁVIO WERNECK MENEGUELLI - Acredito que tudo que foi dito até o presente momento, nesses últimos cinco minutos, pelo Barela e pelo Clemente está de acordo com o que nós pensamos.

Vou tentar sintetizar. Acho que o primeiro ponto necessário para que todo o povo brasileiro, para que toda a população brasileira tenha acesso ao que realmente acontece com a política econômica brasileira, principalmente no que diz respeito ao capital especulativo, seria a auditoria, auditoria como princípio de informação. A informação tem que ser prestada, tem que ser dada a toda a população brasileira.

Hoje, quase metade do que o Brasil arrecada é investido nesse setor, e nada mais justo que todos tenham ciência do que está acontecendo e que haja uma auditoria nesses investimentos, entre aspas, que são colocados no capital especulativo. Acho que esse seria o primeiro ponto de um resumo de tudo que foi falado.

Acredito que nos debruçarmos sobre uma análise de reforma tributária também seria muito importante para a desoneração do setor produtivo, para a desoneração do trabalhador e para uma taxação, para os que ganham mais contribuam com mais e para o próprio setor de capital especulativo contribuir, porque esses lucros extorsivos sequer são taxados adequadamente.

E, acredito, dentro das falas - vou reiterar -, o ponto que colocamos aqui seria o de uma reforma política. Não podemos manter o Brasil, o País, com a estrutura política hoje existente e, pior, com uma estrutura política que, de dois em dois anos, requer sufrágio, requer eleição e um investimento em eleição que já se demonstrou apodrecido.

De dois em dois anos, um investimento em eleição apodrecido leva ao foco de soluções mágicas e imediatas. E o Brasil precisa de soluções, também, a médio e longo prazo no seu setor produtivo e para o trabalho. Acredito que seria essa a síntese, Senador.

Agradeço a oportunidade de estar aqui conversando, mais uma vez. Com um grau de conhecimento, vim mais para aprender hoje do que propriamente para discorrer sobre os pontos colocados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Contribuiu muito. *(Palmas.)*

Esse foi o Flávio Werneck Meneguelli, que falou pela CSB.

José Calixto Ramos, Presidente da CNTI e também da Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS - Nós oferecemos algumas linhas, que, no nosso entendimento, seria importante o Governo adotar para a alavancagem da economia.

Sobre o problema da dívida pública, quando eu tinha meus 20 anos já ouvia falar na dívida pública brasileira. Hoje, estou com mais de 80, e a dívida só aumentou. E há sempre uma discussão entre os colegas: "Então, não vamos pagar a dívida." Eu não entendo muito como fica o País. Faz um contrato, não cumpre, chega uma hora e diz "não vou mais cumprir e pronto". É como se, simplesmente, eu pedisse um dinheiro emprestado ao Flávio e, lá adiante, eu dissesse "Flávio, não vou te pagar mais, não". "Você fez um contrato comigo, Calixto, e não vai pagar?" Eu queria ter essa explicação para poder ver se eu me situo melhor, inclusive para orientar meus colegas e tal.

Vou dar um exemplo muito empírico. Você entra numa casa de uma pessoa e vê uma casa muito bem arrumada, com móveis extraordinários, mas o dono da casa está devendo tudo aquilo. O Brasil me parece estar mais ou menos nessa situação. São trilhões de reais de dívida. Está bonito, tudo bem, mas está devendo. Na minha casa, está um colosso. Aí dizem: "Poxa, que casa bonita!" Não sabem que eu estou devendo tudo.

Agora, eu temo - e vou me referir aos nossos empresários - que tudo isso que nós estamos discutindo para retomada do crescimento, com os setores importantes da economia, como a construção, energia, metalurgia... Primeiro, para deixar claro que, sobre a construção, não é para as grandes empresas que estão envolvidas nesse problema da Lava Jato serem simplesmente perdoadas. Elas têm que se comprometer a pagar o prejuízo que causaram ao Estado brasileiro de um modo geral, mas têm de ter o direito de recomeçar a contratar com o próprio Estado brasileiro. Há essa diferença.

Agora, causa-me um pouco de preocupação nós estarmos com uma relação de 55 projetos tramitando nesta Casa e na Câmara que praticamente desmontam todas as relações capital e trabalho com que nós estamos convivendo ao longo do tempo. Só para dar um exemplo, há um projeto que inibe o empregado demitido a reclamar na Justiça do Trabalho, quando todos sabem que a Justiça do Trabalho é a justiça dos demitidos.

Mas há um, mais interessante, sem falar na terceirização, que é um problema que se discute há muito tempo, que cria um consórcio de empresas. Nesse consórcio de empresas, eu contrato mil pessoas, e mil pessoas ficam rodando nesse consórcio. Eu não sei mais de quem sou empregado.

Além do mais, outro problema que nos preocupa...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Um minuto, Calixto.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS - Vou terminar, Sr. Presidente.

O contrato de trabalho por prazo intermitente significa dizer o quê? Eu preciso de um trabalhador para fazer, digamos, uma atividade para mim por um dia. Aí, eu o contrato e, quando este contrato termina, eu pago e ele é o descarto.

São iniciativas que estão sendo trazidas para o Congresso Nacional do setor empresarial - eu não sei dizer se de modo geral, mas sei que já estão tramitando aqui -, e isso nos causa estranheza e preocupação, evidentemente.

Mas eu espero que nós consigamos chegar a um denominador comum e superar essa grande crise política, econômica e moral que o Brasil está atravessando.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central e da CNTI!

Com a palavra Luiz Fernando Mendes, economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES - Bom, acho que já foi dito bastante coisa a respeito dessa política dos juros. Juros nós entendemos como uma consequência, mas os efeitos que vemos no Brasil - isso foi colocado aqui pelo Clemente - é que, nessa lógica de metas de inflação, é preciso trabalhar com políticas de juros muito elevados para se obter efeitos relativamente baixos, enfim, sobre o problema da inflação.

Então, acho que cabe estudar com mais detalhes, primeiro, como estão compostos esses juros. Existe ali uma parcela de impostos, há uma parcela que, efetivamente, representa os ganhos, há uma parcela que, supostamente, representa o risco que está embutido nessas operações. Eu acho que esse é um caso que precisa, obviamente, ser bem trabalhado.

Mas os juros funcionam como uma consequência. Eles são um preço da economia também. Eu, apesar de tudo que já foi dito, não entendo que a economia brasileira tenha esse custo que se coloca. Eu acho que é um custo muito elevado.

Mas, mais do que trabalhar só a questão dos juros, é preciso criar, de fato, políticas de incentivo pelas quais se consiga transferir recursos que estão sendo transferidos ao mercado financeiro para o setor produtivo. Eu acho que criar políticas, que criar mecanismos que façam com que o recurso que hoje é transferido para o setor financeiro vá para o setor produtivo é o grande, eu diria, segredo da história. Ou seja, é preciso tornar o setor produtivo, entre aspas, mais rentável do que o que efetivamente hoje se tem de rentabilidade quando se pensa nos ativos monetários.

Investir, gerar emprego e renda tem que ser mais interessante do que comprar papel e financiar moeda, financiar novos papéis. Papel não gera emprego, não gera renda, e nós temos que fazer com que gerar emprego e renda seja efetivamente o foco de quem tem recurso. Quem tem algum recurso monetário teria de buscar rentabilidade na produção. Esse é o grande desafio.

Entendo - e isso já foi também falado aqui; acho que é uma proposta, inclusive - que investimento, e nós estamos falando aqui de políticas de Estado, visto tudo que já foi colocado aqui, visto o que tem sido apresentado no mercado, que a infraestrutura urbana e social, depois de tudo que o Brasil já passou - um ciclo de crescimento e, agora, uma desaceleração -, ainda carece de uma infinidade de serviços, enfim, de ações que não foram resolvidas e que agora, numa situação de crise, obviamente, ficam muito mais evidentes.

Então, acho que investimento deveria se tornar uma política de Estado. Não dá para se pensar no setor... E lá na CBIC a gente trata a questão da habitação como devendo ser uma política de Estado. Acho que é mais do que simplesmente olhar para a habitação. O investimento tem de ser pensado como uma política de Estado. Ele não pode ser tratado conjuntamente por governos; ele tem de ser pensado como uma ação contínua e permanente para se poder conseguir, de fato,...

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES - ... viabilizar a atividade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Um minuto.

O SR. LUÍS FERNANDO MENDES - Perfeito.

Bem, outra questão nessa linha que também foi colocada aqui é a questão da desoneração total do investimento. Eu entendo que o que tem de ser tributado é o produto final. Eu tenho de tributar o resultado. Não faz sentido eu tributar a operação antes que ela comece. O investimento tem de ser totalmente desonerado. Qualquer atividade que vá gerar emprego e renda tem de ser tratada de forma diferenciada, como a gente estava colocando aqui sobre os incentivos. Eu tenho de criar incentivos para que, de fato, as pessoas que têm recurso optem por colocar o recurso na produção.

Entendo que todo investimento tem de ser desonerado. Se, eventualmente, houver uma tributação, que ela seja sobre o resultado desse investimento, e não sobre a ação de investir, porque, no momento em que você está onerando ainda o investimento embrionário, aquele que ainda está sendo projetado, você já está dizendo para ele que eu não vou investir tudo que eu poderia porque ele já fica muito caro na largada.

Então, eu tenho de... Essa é uma questão que está colocada que eu acho que seria uma boa política para, efetivamente, se gerar mais emprego e renda neste País.

Vou parar por aqui.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem! Muito bem!

Esse foi o Luís Fernando Mendes, que entendeu o problema do nosso horário, mas fez uma bela exposição desde o primeiro momento e agora, nas considerações finais. Meus cumprimentos. Ele falou em nome da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Agora, para encerrar, o Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Sr. José Velloso Dias Cardoso.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO - Bem, o nosso pensamento converge muito com o que falam o Prof. Clemente, do Dieese, e o Luís Fernando, da CBIC. O Clemente, inclusive, participou de um grupo que se reúne mensalmente na Abimaq, com o Mario Bernardini, o Nakano, o Bresser e o Belluzzo, a turma lá. Quer dizer, a gente tem o pensamento muito convergente.

Uma questão... Eu queria, agora, fazer um resumo do que a gente falou aqui.

No início, eu comecei o debate dizendo que não poderíamos ter uma visão única de que a causa dos problemas é o déficit público. O déficit público, a questão fiscal brasileira é um problema importantíssimo hoje, talvez o maior problema da economia, mas ele foi consequência de algumas medidas adotadas de forma errada.

Então, resumindo, nós temos nossos mais graves problemas no sistema tributário, na insegurança jurídica, na educação de baixa qualidade, na infraestrutura, na legislação capital/trabalho, nos juros altos, no câmbio valorizado e na qualidade do gasto público. Todos esses são os nossos grandes problemas.

Lógico que temos que atacá-los e começar por aquilo que é a curto prazo. A sociedade não aguenta pagar mais impostos. Isso é definitivo. Não adianta a recriação da CPMF, que não vai resolver o problema. O que precisamos é ter uma política cambial estável. Temos que ter um câmbio que seja competitivo. Todos os países que concorrem com o Brasil têm câmbios competitivos, e o Brasil não pode ser diferente.

A questão da política monetária...

Outra coisa, concordando com o Prof. Clemente: câmbio foi usado para combater inflação. Isso é o fim do mundo. Câmbio como combate à inflação foi o que destruiu a indústria brasileira nos últimos 15 anos.

Quanto à questão da taxa de juros, já foi respondida a pergunta da senhora ali pelo Clemente. A gente concorda. Taxa de juros pornográficas no Brasil. E uma coisa: a senhora comentou que os trabalhadores sempre reclamaram de juros altos. A Abimaq, desde 2007, criou um *slogan*, e a gente vem repetindo esse *slogan* constantemente. É o tripé do mal: juros, câmbios e tributos. Isso é que mata o nosso País. Isso a gente vem falando sempre.

Temos que resolver o problema das concessões públicas, temos que simplificar as concessões públicas. Diferentemente do que alguns acham, o Estado brasileiro é muito grande. Não temos como continuar num Estado tão grande como o nosso. Ele é grande, perdulário e gasta mal. E destravar, portanto, a infraestrutura.

Sobre desoneração do investimento, o Luís Fernando já falou. Eu coloquei na minha apresentação. Há a questão do PIS/Confins, da reforma do ICMS. O Brasil não vai ter demanda interna no curto prazo. Então, temos que ser competitivos para exportar, temos que partir pela exportação e substituição do produto importado pelo nacional, com competitividade do produto nacional. Temos que resolver o problema do capital de giro das empresas. Estão todos sufocados. Capital de giro no Brasil é um estelionato, é coisa de agiota. Temos que preservar o BNDES. Não haverá investimento sem um BNDES forte. Temos que despolitizar essa discussão sobre o BNDES. Várias vezes, quando estivemos em outros países, sempre escutamos dos nossos concorrentes que perdem para o Brasil que o grande problema deles é não terem um BNDES. Se nós temos o BNDES, temos de preservá-lo. Se acontecer alguma coisa de errada, vamos apurar, corrigir, mas não jogar a criança junto com a água do banho.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Um minuto.

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO - A Abimaq foi convidada, no ano passado, para fazer uma apresentação na Comissão de Reforma Tributária da Câmara, que tem como Presidente o Deputado Hildo Rocha. Lá, mostramos uma proposta de reforma tributária que é simplificadora.

Na questão tributária, nós, nessa reforma, temos que simplificar e fazer com que a questão tributária seja mais um elemento de competitividade do País.

Simplemente discutir, não pagar a dívida pública, ou, então, simplesmente taxar grandes fortunas... Na nossa reforma tributária, existe a taxação de grandes fortunas, mas o problema não pode ser resumido só a isso. O problema do Brasil, o problema da arrecadação tributária não é porque não se arrecada das grandes fortunas. Tem que se arrecadar das grandes fortunas, tem que se arrecadar sobre ganho de capital, o que não foi dito aqui, que é outro problema, mas temos que

simplificar, temos que ter uma reforma tributária que simplifique. Simplesmente não pagar a dívida pública vai colocar o País num caos.

O que a gente precisa agora é de cabeça fria. Temos que trabalhar para tirar o País desta situação. E só vamos conseguir tirar o País desta situação simplificando as coisas e criando regras para todos os setores, e que não haja um desequilíbrio em que poucos pagam muito e muitos pagam pouco, situação a que me referi no início do nosso debate, quando começamos a falar. Embora a indústria hoje represente 9% do PIB brasileiro, contribui com 40% da arrecadação.

Outra coisa: a questão dos lucros. Os bancos no Brasil têm tido lucros pornográficos nos últimos tempos; a indústria não. Há muitos anos nossa indústria sequer tem lucro. Nosso setor não tem lucro há muitos anos. E sem lucro não há reinvestimento. Sem lucro na indústria, não há emprego na indústria. A relação capital e trabalho é uma relação simbiótica: não vai haver emprego se não houver quem dê o emprego; e não há quem dê o emprego se não houver condições de competir.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ VELLOSO DIAS CARDOSO - Este é um debate importante, um debate que tem que ser feito, mas acredito que a indústria não aguenta mais a forma como as coisas vêm caminhando, simplesmente arrecadando, arrecadando e arrecadando e distribuindo mal o que se arrecada, gastando mal o que se arrecada, com taxas de juros escorchantes e a questão do câmbio, que tira a nossa competitividade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Muito bem, José Velloso Dias Cardoso, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos da Construção - Abimaq!

Mais uma vez, a nossa audiência pública atingiu seus objetivos no sentido de fazer uma reflexão sobre a visão do Dieese e de representantes de empregados e empregadores sobre a crise econômica, política e social.

Parabéns a todos pelo nível qualificadíssimo do debate. Com certeza, estamos ajudando a, como eu digo, colocar o Brasil nos trilhos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)